



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026
(Processo Administrativo nº 23.109/2025)

A Prefeitura Municipal de LAURO DE FREITAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através de sua Pregoeira **Débora Conceição das Virgens Sales**, designada pelo **Decreto Municipal nº 5.533/2025**, que realizará licitação, na modalidade de **Pregão Eletrônico**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto é executado pelo regime de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS (CONES ENDODÔNTICOS, FIOS DE SUTURA, CIMENTOS E CORRELATOS)**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP), pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/90**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 23/02/2026, às 09h.

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3 OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira responsável, ou por sua suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em <https://portal.licitanet.com.br/> no menu ajuda/manuais ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), para as Sociedades Cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas no Termo de Referência; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades nos serviços, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio no presente pregão.

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.10. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Lauro de Freitas/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções.
- 4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.
- 4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Lauro de Freitas/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.
- 4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.
- 4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.
- 4.11. O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

- 5.1. Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico <https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, **horário de Brasília-DF**.
- 5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:
- 5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;
- 5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;
- 5.2.3. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.3. O fornecedor enquadrado como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

5.3.1. no item exclusivo para participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

5.4. A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.7.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.9. Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pela Pregoeira no sistema ou pela sua desconexão.

5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. A Pregoeira classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.4. Os lances formulados deverão indicar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.
- 6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.7.1. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto nos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo) por lote**.
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pela Pregoeira, sujeitando-se a licitante às penalidades.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**.
- 6.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.13 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.14 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.15 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.16 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.18 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.19 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.20 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.21 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

6.23 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.7.1 Para fins de aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que desejarem usufruir dos benefícios destinados às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP deverão apresentar declaração específica de enquadramento como ME/EPP, firmada por seu representante legal, com indicação expressa de que optam pelo referido benefício, assumindo inteira responsabilidade pela veracidade das informações prestadas;

7.7.2 Nas condições do subitem 7.7.1, serão consideradas empatadas com a primeira colocada, para fins de aplicação do tratamento favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte previsto na Lei Complementar nº 123/2006, as propostas apresentadas por ME ou EPP que se situem na faixa de até 5% (cinco por cento) em relação à melhor proposta ou ao melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado (empate ficto).

7.7.3 A licitante enquadrada como ME ou EPP mais bem classificada na forma do subitem 7.7.2 terá o direito de apresentar, no prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos, contado da sua convocação em ato contínuo à fase competitiva, última oferta para desempate, em valor obrigatoriamente inferior ou com percentual de desconto superior ao da primeira colocada, observado o critério de julgamento previsto neste Termo de Referência.

7.7.4 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não apresente nova oferta no prazo estabelecido, serão convocadas, na ordem de classificação, as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento), para o exercício do mesmo direito, respeitado o prazo definido no subitem 4.12.3.

7.7.5 Na hipótese de equivalência dos valores ou dos percentuais de desconto apresentados pelas ME's e EPP's enquadradas nas faixas mencionadas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para definição da licitante que terá preferência para apresentação de melhor oferta, em observância aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.7.6 Para os fins do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, considera-se empate real a ocorrência de propostas ou lances de mesmo valor apresentados na mesma fase da disputa.

7.7.7 Verificado empate real entre propostas ou lances, a Administração aplicará, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, nos termos do art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

- a) realização de disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, preferencialmente com base em registros cadastrais e em atestos de cumprimento de obrigações, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- c) comprovação, pelo licitante, de desenvolvimento de ações de promoção da equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento aplicável;
- d) comprovação, pelo licitante, de desenvolvimento de programa de integridade, em conformidade com orientações dos órgãos de controle.

7.7.8 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no subitem anterior, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação de emissões, nos termos da Lei nº 12.187/2009, em consonância com a disciplina de critérios de desempate e de promoção do desenvolvimento nacional sustentável constante da Lei nº 14.133/2021.

7.7.9 DA COTA PRINCIPAL E DA COTA RESERVADA – APLICAÇÃO DA LC 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014 – DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME e EPP.

7.7.10 O **LOTE 09 (COTA PRINCIPAL)** é destinado à participação ampla dos interessados que atendam aos requisitos deste edital, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (com os benefícios previstos na LC 123/06);

7.7.11 Nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar n. 123/2006 (alterada pela LC n. 147/2014), os **LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 (COTAS RESERVADAS)** são para participação exclusiva apenas de ME e EPP.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1. Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4. O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá à Pregoeira verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, a Pregoeira realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2. A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação da Pregoeira no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pela Pregoeira quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.3. O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO V, deverá dispor:

9.3.1. **Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item** (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

9.3.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

9.3.3. De oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.3.4. Conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

9.3.5. Conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

9.4. Não serão aceitos preço unitário e total, acima dos valores de Referência da Administração.

9.5. A licitante deverá juntar obrigatoriamente à proposta, os documentos abaixo relacionados para todos os itens:

9.5.1 Comprovação de capacidade técnico-operacional: pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovação de desempenho de atividade(s) pertinente(s) e compatível(is) com o objeto da licitação;

9.5.1.1 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.

9.5.1.2 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

9.5.2 Autorização de Funcionamento (AFE) da licitante e do fabricante, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/MS. Conforme exigido pela Lei Federal nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976; Decreto Federal nº. 8.077, de 14 de agosto de 2013 e demais normas pertinentes. Poderá ser apresentada a publicação no Diário Oficial da União;

9.5.3 Autorização Especial de Funcionamento (AE) da empresa licitante concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SVS/MS), quando se tratar de medicamento constante na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a Controle Especial aprovadas pela Portaria nº. 344/98 de 12/05/98 da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, em substituição ao item: Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/licença de funcionamento da licitante, expedido pelo serviço de vigilância sanitária estadual ou municipal;

9.5.4 Alvará, expedido pelo serviço de vigilância sanitária local (Municipal Distrital ou Estadual). Caso o documento exigido nesta alínea não indique a sua validade, considerar-se-á o prazo de 12 (doze) meses, contados de sua emissão.

9.6. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

9.7. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

9.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

9.9. Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.10. Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pela Pregoeira a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

9.11. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

10.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

10.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

10.2.1. conter vícios insanáveis;

10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

10.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 20% (vinte por cento) do valor orçado pela Administração.

10.4.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 10.4.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.4.1.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.5. Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

10.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

11. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da aquisição com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração. Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos produtos e serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

11.2. Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

11.2.1. A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

11.2.2. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

11.2.3. O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

11.2.4. As aquisições adicionais a que se refere o item 12.2.1 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

11.2.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preço a que se refere o item 12.2.1 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.2.6. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

11.2.7. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

11.3. A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

11.4. A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preço vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

11.5. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (ANEXO I) e da própria Ata de Registro de Preço (Anexo VI).

11.6. As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

11.7. O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

11.8. Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

11.9. Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preço superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

11.10. Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço/maior desconto obtido no certame for igual ao registrado.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

11.11. Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso III, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

12.1.1.1. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.1.2. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12.2 MODELO DE GESTÃO DA ATA

12.2.1. A ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

12.2.2. A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

12.2.3. O fiscal da ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

12.2.4. O fiscal da ata informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

12.2.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o serviço da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de técnicas nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

12.2.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

12.2.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

12.2.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

12.2.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.2.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.2.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de regularidade da empresa.

12.2.12. Serão exigidas as certidões conforme art. 68 da lei 14.133 de 2021.



13. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e as licitantes vencedoras.

13.1.1. Serão incluídos na Ata de Registro de Preço os licitantes que aceitarem cotar os serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preço.

13.3. A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preço, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas – Bahia o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

13.4. As licitantes remanescentes convocados na forma do item 14.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 24.

13.5. O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

13.5.1. A admissão de novas empresas referida no item 14.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Diário Oficial do Município de Lauro de Freitas/BA, e será permitida nas seguintes hipóteses:

- a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;
- b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

13.5.2. A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “ad judicium” e “ad negocia”.

14. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1 As alterações dos preços registrados seguirão o disposto na alínea “d” do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 Os preços registrados poderão ser negociados nos seguintes casos:

14.2.1 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração Pública convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, observado os termos da legislação em vigor.

14.2.2 No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

14.2.3 Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

14.3. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

14.3.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

14.3.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

14.3.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

14.3.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 14.3 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.5. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.6. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

14.7. Por razão de interesse público;

14.8. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

15.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação da Pregoeira no sistema.

15.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação da Pregoeira no sistema**.

15.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

15.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

15.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 15.1. deste edital.

15.7 Dos documentos que compõem a habilitação:

15.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.7.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

15.7.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

15.7.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.7.1.4 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

15.8 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

15.8.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.8.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

15.8.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;

15.8.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com redação atualizada pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

15.8.5 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

15.8.6 A verificação pelo Órgão responsável ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.9 Qualificação Econômico-Financeira.

15.9.1 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, será exigida certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de feitos relativos à falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial e insolvência civil, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos termos do art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021, ou documento equivalente na forma da lei.

15.9.2 Deverão ser apresentados o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já encerrados e exigíveis, na forma da legislação comercial, a partir dos quais serão calculados os seguintes índices mínimos:

- Índice de Liquidez Geral (LG) $\geq 1,00$;
- Índice de Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,00$;
- Índice de Solvência Geral (SG) $\geq 1,00$.

15.9.2.1 Para fins deste termo, consideram-se:

- i. $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$;
- ii. $LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$;
- iii. $SG = \text{Ativo Total} \div \text{Passivo Total}$.

15.9.3 As exigências de que tratam os itens 15.9.2 e 15.9.2.1 serão formuladas em caráter proporcional e não poderão ultrapassar os limites aqui fixados, vedada a exigência de índices adicionais ou mais restritivos, de modo a preservar a competitividade, a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa, em consonância com os arts. 5º, 11 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

15.9.4 No caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos contábeis limitar-se-ão aos exercícios efetivamente encerrados; se constituída no próprio exercício financeiro da licitação, a empresa poderá substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do atendimento aos índices quando tecnicamente possível.

15.9.5 A exigência de demonstrações contábeis completas observará o limite definido pela Receita Federal do Brasil para obrigatoriedade de transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED, de modo que:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- a) para empresas obrigadas à ECD, será exigido o conjunto completo das demonstrações contábeis;
- b) para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e demais sociedades não obrigadas à ECD, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício elaborados na forma da legislação específica, vedado o excesso de formalismo que inviabilize a participação desses agentes econômicos (art. 4º, § 1º, e arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, aplicados em harmonia com a Lei nº 14.133/2021).

15.9.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender às exigências de habilitação econômico-financeira na medida de sua capacidade contábil constituída, sendo-lhes facultado substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura regularmente registrado, observado o disposto no item 8.5.4 e no art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

15.9.7 O atendimento aos índices econômico-financeiros previstos neste item deverá ser atestado por profissional legalmente habilitado da área contábil, mediante declaração firmada com indicação de nome completo e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), sem prejuízo da verificação e conferência pela Administração.

15.9.8 Para fins de qualificação econômico-financeira, **não será exigida comprovação de patrimônio líquido mínimo**, adotando-se apenas os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, todos $\geq 1,00$, por se tratar de fornecimento de bens de consumo padronizados, com risco moderado e ampla concorrência, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

Nota 1 – Índices econômico-financeiros (LG, LC e SG): A exigência dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, todos $\geq 1,00$, assegura capacidade mínima da futura contratada para honrar obrigações de curto e longo prazo, reduzindo o risco de inadimplemento e interrupção contratual. Os parâmetros são objetivos, usuais na Administração Pública e proporcionais ao risco e ao porte do objeto, em consonância com os arts. 5º, 11, 18 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

15.10 Qualificação Técnica

15.10.1 Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá comprovar experiência prévia compatível com o objeto, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de insumos e materiais odontológicos similares aos descritos neste Termo de Referência, em caráter contínuo ou parcelado. A exigência de comprovação de experiência prévia observará os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade, nos termos do art. 5º, do art. 11 e do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada qualquer interpretação que restrinja indevidamente o caráter competitivo do certame.

15.10.1.1 Será admitida a apresentação de atestados que comprovem fornecimento de insumos médico-odontológicos ou hospitalares de natureza assemelhada, não se exigindo coincidência integral de todos os itens, desde que demonstrada experiência prévia em fornecimento de bens sujeitos à regulação sanitária, de forma proporcional ao objeto desta licitação.

15.10.1.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) indicar, no mínimo: razão social e CNPJ da contratante, identificação da contratada, período de execução, descrição genérica dos materiais fornecidos e declaração de que o contrato foi executado de forma satisfatória.

15.10.1.3 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

15.10.2 Alvará, expedido pelo serviço de vigilância sanitária local (Municipal Distrital ou Estadual). Caso o documento exigido nesta alínea não indique a sua validade, considerar-se-á o prazo de 12 (doze) meses, contados de sua emissão.

15.10.3 Alvará de Funcionamento Municipal ou Distrital em plena validade.

15.10.4 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

15.10.5 A Administração se reserva o direito de promover quaisquer diligências que se façam necessárias a fim de verificar a veracidade e a precisão das informações fornecidas.

15.10.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo.

15.10.7 Os documentos referentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômica e Financeira poderão ser substituídos pelo registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal (SICAF), desde que apresentado dentro do prazo de validade, sendo necessário que os mesmos se encontrem listados no CRC, caso contrário, o licitante fica obrigado a apresentá-los.

15.10.8 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Termo, o licitante será declarado vencedor;

15.10.9 A regularidade dos documentos exigidos no subitem 15.7.1, 15.8 e 15.9 será confirmada a autenticidade por meio de consulta “on-line”.

15.10.10 A licitante que deixar de atender às condições de habilitação contidas neste Termo, apresentar documento(s) incompleto(s), ilegível(is), com borrões, rasuras, entrelinhas, ou, ainda, com seus prazos de validade vencidos será inabilitada. Salvo o tratamento diferenciado às Micro (ME) e Pequenas Empresas (EPP) no tratamento diferenciado da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, nas restrições relativas às certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

15.10.11 As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

15.10.12 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

15.10.12.1 SICAF;

15.10.12.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

15.10.12.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

15.10.13 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.10.14 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.10.15 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.10.16 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

15.10.17 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

15.10.18 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



15.11 Outros Documentos de Habilitação

15.11.1 DECLARAÇÕES

15.11.1.1 A contratada deverá comprovar conter ainda os documentos a seguir relacionados:

- A) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- B) Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- C) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.11.2 **DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES – (PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO):** As especificações constantes da planilha de itens têm caráter técnico e funcional, admitindo-se a oferta de produtos equivalentes que atendam integralmente às mesmas finalidades, padrões de qualidade e requisitos sanitários, vedada a indicação e a exigência de marca específica, tal como as exigências visam resguardar a segurança sanitária, a rastreabilidade e a conformidade regulatória dos produtos a serem fornecidos à Administração.

15.11.3 As exigências constantes da planilha de especificações têm por finalidade resguardar a segurança sanitária, a rastreabilidade e a conformidade regulatória dos insumos e materiais odontológicos (cones endodônticos, fios de sutura, cimentos e correlatos) a serem fornecidos à Administração, em observância à legislação sanitária vigente, à Lei nº 14.133/2021 e ao Código de Defesa do Consumidor.

15.11.4 Os produtos ofertados deverão atender às exigências de qualidade e segurança, observando as normas expedidas pelos órgãos oficiais de controle e fiscalização, em especial a ANVISA e demais autoridades sanitárias competentes, bem como o disposto no art. 39, inciso VIII, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sendo vedada a colocação no mercado de produtos em desacordo com normas técnicas e regulatórias.

15.11.4.1 Todos os produtos deverão possuir registro ou notificação na Anvisa, **conforme sua classificação (medicamento, produto para saúde, saneante, cosmético)**, em situação regular na data da licitação e durante toda a vigência das entregas.

15.11.4.2 A licitante deverá comprovar que o fabricante está regular junto à autoridade sanitária, com Autorização de Funcionamento vigente, quando exigida, nos termos da Lei nº 6.360/1976, da Lei nº 9.782/1999 e normas da Anvisa aplicáveis. A comprovação poderá ser feita por: certificado de AFE da Anvisa, publicação no DOU, consulta eletrônica do portal da Anvisa com situação “ativa” ou, para fabricante estrangeiro, licença sanitária equivalente do país de origem, com tradução juramentada.

15.11.5 Os licitantes deverão apresentar, juntamente com a proposta, catálogos, prospectos ou fichas técnicas emitidos pelo fabricante dos produtos ofertados, contendo descrição completa das características técnicas, composição, indicação de uso e demais informações necessárias à verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência. A futura contratada compromete-se a garantir que os produtos entregues sejam idênticos aos descritos na documentação técnica apresentada, observando integralmente as especificações e os padrões de qualidade exigidos, sob pena de rejeição dos materiais e aplicação das sanções cabíveis.

15.12 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- a) Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- b) As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas **por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição**.
- c) A Administração se reserva o direito de promover quaisquer diligências que se façam necessárias a fim de verificar a veracidade e a precisão das informações fornecidas.

16. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

16.2. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, a Pregoeira poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

16.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

16.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

16.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 16.2:

16.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

16.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

16.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

16.4.4 A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

16.4.5. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

16.4.6. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

16.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos a Pregoeira considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

16.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

17. DOS RECURSOS

17.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

17.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

a) julgamento das propostas;

b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

c) anulação ou revogação da licitação;

17.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

17.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

17.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

17.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

17.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos à Pregoeira, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

17.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

17.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

17.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

17.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

17.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

17.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

17.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

18. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

18.1 O modelo de execução do objeto – registro de preços para aquisição de insumos e materiais odontológicos (cones endodônticos, fios de sutura, cimentos) – observará o Sistema de Registro de Preços, com Ata de Registro de Preços com prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação a, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovado, de forma motivada, que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação aplicável.

18.1.1 Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata observarão os prazos de vigência estabelecidos no edital e no próprio ajuste, respeitadas as regras dos arts. 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021 quanto à duração dos contratos e, quando caracterizada natureza contínua, às prorrogações sucessivas condicionadas à demonstração de vantajosidade e à disponibilidade orçamentária.

18.2 A empresa contratada deverá fornecer os produtos de forma parcelada e sob demanda, conforme solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Lauro de Freitas/BA, por meio de Termo de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, vedada a imposição de quantitativo mínimo por pedido;

18.3 O prazo máximo para entrega de cada pedido será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho ou documento equivalente, devendo a entrega ocorrer de forma parcelada, conforme autorizações de fornecimento, no seguinte endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, Rua Leonardo R. da Silva, Condomínio Nossa Senhora de Lourdes, nº 377, Lote 08, Bairro Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP 42.701-420.

18.3.1 Na hipótese de risco de atraso no cumprimento do prazo, a empresa deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, as razões impeditivas, para análise motivada de eventual prorrogação, sem prejuízo da responsabilização em caso de atraso injustificado. Situações de caso fortuito ou força maior serão avaliadas nos termos da legislação aplicável.

19. DA VIGÊNCIA

19.1. O Registro de Preços terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação da Ata na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade;

19.2. O instrumento contratual que vier a ser celebrado durante a validade da Ata de Registro de Preço, poderá ter vigência de 01 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura, se for de interesse da Administração, conforme Art. 105, da Lei 14.133/2021.

19.3. A duração do contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme Art. 107, da Lei 14.133/2021.



20. DO PAGAMENTO

20.1 Recebimento:

20.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para posterior verificação de conformidade com o Termo de Referência e a proposta.

20.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, se em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos pela contratada, às suas expensas, no prazo que vier a ser definido pela Administração, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções.

20.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, após verificação da qualidade e quantidade dos materiais e lavratura de termo de recebimento definitivo.

20.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma motivada, uma única vez e por igual período, quando a natureza do objeto ou a necessidade de diligências adicionais assim o exigir.

20.1.5 Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos bens entregues, deverá ser liberada, no prazo contratual, a parcela incontroversa, aplicando-se o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

20.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

20.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela solidez, segurança, qualidade e adequação dos produtos fornecidos durante o prazo de garantia contratual e legal.

20.2 Liquidação

20.2.1 Recebida a nota fiscal ou documento equivalente, o setor competente procederá à liquidação da despesa, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis de forma motivada por igual período, verificando a conformidade do fornecimento com o contrato.

20.2.2 Para fins de liquidação, será verificado se a nota fiscal contém os elementos essenciais: dados da contratada e do órgão contratante, número do contrato, período de referência, descrição dos bens, valor a pagar, retenções tributárias e demais informações exigidas.

20.2.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o processo ficará sobrestado até que a contratada promova a regularização, reiniciando-se o prazo após a comprovação do saneamento, sem ônus para a Administração;

20.2.4 A nota fiscal deverá ser acompanhada de comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, conforme exigências do edital e da Lei nº 14.133/2021, admitida consulta eletrônica a cadastros oficiais.

20.2.5 Constatada situação de irregularidade impeditiva, a Administração notificará a contratada para regularização ou apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo adotar as providências administrativas cabíveis, inclusive rescisão contratual, se a situação persistir;

20.2.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.2.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

20.2.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.3 Prazo de pagamento

20.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

20.4 Forma de pagamento

20.4.1 O pagamento será realizado por ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada em instituição financeira oficial ou por meio admitido pela Administração.

20.4.2 Considera-se como data do pagamento aquela em que for emitida a ordem bancária.

20.4.3 Na ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias e legais cabíveis, independentemente dos percentuais indicados em planilha de custos, observada a legislação vigente.

20.4.4 A contratada optante pelo Simples Nacional deverá comprovar formalmente sua condição para fruição do tratamento tributário favorecido, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

21. DAS OBRIGAÇÕES

21.1 DA CONTRATADA

21.2 No âmbito da contratação para **registro de preços de insumos e materiais odontológicos**, a Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, do edital, da Ata de Registro de Preços e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

21.3 Efetuar o **fornecimento dos materiais odontológicos** descritos neste Termo de Referência, observando rigorosamente as especificações técnicas, os prazos, os locais de entrega e demais condições estabelecidas, garantindo padrões de qualidade compatíveis com o ramo de atividade e com a legislação sanitária vigente;

21.4 Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições de uso, nas quantidades autorizadas, dentro do prazo e no local indicados pela Administração, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar, no mínimo: identificação do contrato/ata, descrição do item, marca, fabricante, número de lote, prazo de validade e demais elementos necessários à rastreabilidade;

21.5 Responder integralmente por vícios, defeitos, inadequações e danos decorrentes dos produtos fornecidos, providenciando, às suas expensas, a reparação dos prejuízos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades previstas em normas de defesa do consumidor e na Lei nº 14.133/2021;

21.6 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, todo e qualquer produto que apresente avarias, defeitos de fabricação, divergência em relação às especificações ou prazo de validade insuficiente, sem prejuízo das sanções cabíveis

21.7 Comunicar à Contratante, por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas em relação à data prevista para a entrega, qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento do prazo ou das condições ajustadas, apresentando justificativa e documentação comprobatória quando for o caso;

21.8 Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, sob pena de aplicação das medidas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato;

21.9 Indicar e manter preposto formalmente habilitado para representá-la perante a Administração durante a execução do contrato, com poderes para receber notificações, prestar esclarecimentos e adotar providências imediatas;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

21.10 Executar todas as obrigações contratuais com observância da **melhor técnica aplicável ao fornecimento, armazenamento e transporte de insumos odontológicos**, atendendo às normas legais, regulamentares e técnicas pertinentes (inclusive sanitárias), de modo a preservar a qualidade e a segurança dos produtos até a entrega;

21.11 Arcar com todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto, inclusive aquelas relativas a embalagem, transporte, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer insumos e materiais utilizados na execução do fornecimento, respondendo integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou subcontratados autorizados, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

21.12 DA CONTRATANTE

21.13 Receber os produtos nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no contrato, observando o procedimento de recebimento provisório e definitivo previsto na legislação;

21.14 Verificar, dentro dos prazos fixados, a conformidade dos bens recebidos com as especificações do Termo de Referência e da proposta, procedendo à aceitação e ao recebimento definitivo ou, se for o caso, à rejeição total ou parcial, com a devida motivação;

21.15 Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas, vícios ou irregularidades verificadas nos produtos entregues, para que sejam substituídos, corrigidos ou complementados, nos prazos estabelecidos, sem prejuízo da aplicação de sanções;

21.16 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada por meio de fiscal(is) e gestor(es) de contrato formalmente designados, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando as ocorrências relevantes e adotando as providências necessárias à boa execução contratual.;

21.17 Efetuar o pagamento à Contratada pelos produtos efetivamente entregues e recebidos, no valor, forma e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, condicionando-o ao cumprimento das exigências de faturamento e regularidade;

21.18 Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros decorrentes de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subcontratados autorizados, nos termos dos arts. 120 e 121 da Lei nº 14.133/2021.

21.19 Adotar, de forma motivada, as medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual, inclusive determinar a paralisação ou suspensão parcial da execução, quando necessário à proteção do interesse público ou à correção de irregularidades, sem prejuízo da instauração de processo para aplicação de sanções, rescisão contratual e demais providências previstas na Lei nº 14.133/2021.

22. DAS PENALIDADES

22.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

d) Multa:

(1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;

(2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;

(3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

22.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

22.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

22.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

22.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

22.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

22.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

22.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

22.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

22.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

23. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 As despesas decorrentes das futuras contratações que vierem a ser formalizadas com base nesta Ata de Registro de Preços correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, em dotações próprias da Secretaria Municipal de Saúde de Lauro de Freitas/BA, observadas a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 14.133/2021.

I. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Descrição	Código	Nomenclatura
Órgão	23	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	2301	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Ação/Atividade	2354 2374	Funcionamento dos Serviços de Atenção à Saúde Bucal Especializada Funcionamento dos serviços de atenção primária a saúde.
Elemento	33903000	Material de Consumo
Fontes de recursos	15001002	Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde.
	16000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

II. Em se tratando de Sistema de Registro de Preços, a presente fase limita-se à estimativa da demanda e à fixação de preços máximos, não implicando, por si só, compromisso imediato de despesa. A indicação da dotação orçamentária específica será exigida e registrada em cada contratação decorrente da Ata (contrato, ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente), nos termos da legislação orçamentária e do art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que apenas haja empenho quando houver efetiva necessidade de aquisição.

24. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

24.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou do endereço eletrônico copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br

24.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

24.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

24.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.



25. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

25.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

25.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

25.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

25.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

25.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

25.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

25.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

25.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

25.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

26. DA SUBCONTRATAÇÃO

26.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

26.1.1 “A vedação não se aplica a serviços acessórios de logística/transporte, desde que mantida a responsabilidade integral da contratada pelo fornecimento e pela qualidade dos produtos.”

26.2 A vedação observa o art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, preservando a responsabilidade integral da contratada e evitando intermediação meramente administrativa que não agrega vantajosidade técnica ou econômica à Administração.

27. DO REAJUSTE

27.1 Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente, a contar do orçamento estimado, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;

27.2. Adota-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na falta deste, o que vier a substituí-lo para correção do valor inicialmente contratado;

27.3. Com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida, a qualquer tempo, a revisão do preço inicialmente contratado, desde que, em eventuais solicitações nesse sentido, a CONTRATADA comprove a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

28. DA GESTÃO DO CONTRATO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “f”)

28.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências da inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da referida Lei.

28.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por ato da Administração, o cronograma de execução será ajustado ou prorrogado pelo tempo correspondente, com registro formal em apostila ou termo aditivo, conforme o caso, devidamente motivado.

28.3 As comunicações entre o órgão contratante e a contratada serão realizadas preferencialmente por escrito, admitido o uso de meios eletrônicos oficiais, sempre que o ato exigir formalidade ou repercutir em direitos e deveres contratuais.

28.4 O órgão contratante poderá convocar representante da empresa contratada para reuniões presenciais ou virtuais, sempre que necessário à adoção de providências imediatas ou à solução de pendências relacionadas à execução contratual.

28.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial de alinhamento, na qual será apresentado o plano de fiscalização, contendo as principais obrigações contratuais, mecanismos de acompanhamento, critérios de medição, estratégias de execução do objeto, indicadores de desempenho e sanções aplicáveis.

28.1 Fiscalização:

28.1.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o servidor Daniela Coelho de Souza Lima (Matrícula 121339-1) ou pelos respectivos substitutos.

28.1.2 Os fiscais do contrato deverão registrar, em meio próprio (físico ou eletrônico), todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução, determinando as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades.

28.1.3 Sempre que a situação demandar decisão além de sua competência, o fiscal comunicará o fato ao gestor do contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis, inclusive aplicação de sanções.

28.1.4 O fiscal do contrato será apoiado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, que deverão dirimir dúvidas e fornecer subsídios para a prevenção de riscos na execução, em conformidade com o art. 117, §§ 3º e 4º, da Lei nº 14.133/2021.

28.1.5 O(s) fiscal(is) administrativo(s) verificará(ão) a manutenção das condições de habilitação, acompanhará(ão) empenhos, liquidação, pagamentos, garantias, glosas, apostilamentos e termos aditivos, podendo exigir documentos comprobatórios sempre que necessário.

28.1.6 A fiscalização contratual **não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada**, inclusive perante terceiros, por vícios, defeitos, inadequação dos materiais ou descumprimento de obrigações, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

28.2 Gestor do Contrato

28.2.1 Caberá ao **gestor do contrato**, designado por Portaria, coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização, consolidando as informações registradas pelos fiscais e mantendo atualizado o histórico de ocorrências, ordens de fornecimento, alterações, prorrogações e sanções:

28.2.2 O gestor acompanhará os registros dos fiscais, comunicando à autoridade competente as situações que extrapolarem sua competência, bem como apontará eventuais riscos e necessidade de ajustes contratuais.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

28.2.3 O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação dos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações pela contratada, com menção aos indicadores de desempenho, ocorrências relevantes e penalidades eventualmente aplicadas, para fins de registro no cadastro de desempenho contratual.

28.2.4 Compete ainda ao gestor adotar as providências para instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, quando cabível, nos termos dos arts. 154 a 159 da Lei nº 14.133/2021, bem como elaborar relatório final sobre os resultados da contratação.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

29.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

29.3. As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

29.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.

30. FORO

30.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

31. ANEXOS DO EDITAL

31.1. Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO
ANEXO II	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO IV	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO V	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VI	MINUTA DA ATA
ANEXO VII	MINUTA DO CONTRATO

31.2. – Este Edital e seus anexos contêm 82 (oitenta e dois) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas/BA, 30 de janeiro de 2026.

Heider do Vale Almeida Pinheiro
Diretoria de Licitações



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE REFERÊNCIA n. 0042/2025
PROC. ADMINISTRATIVO Nº: 23.109/2025**

1. OBJETO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “a”).

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o **Registro de Preços para aquisição de insumos e materiais odontológicos (cones endodônticos, fios de sutura, cimentos e correlatos)**, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Lauro de Freitas/BA, conforme especificações e quantitativos constantes dos anexos.

LOTE 01					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Lubrificante para peças de mão odontológicas de alta e baixa rotação, não tóxico, em spray tipo aerossol, com bico aplicador prolongado, compatível com ligas metálicas usuais em consultórios odontológicos, apresentação em frasco aerossol com 200 ml (embalagem tipo frasco). Produto fornecido em embalagem original de fábrica, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com registro ou notificação na Anvisa como produto para saúde/correlato, quando aplicável, e prazo de validade mínimo correspondente mínima 24 (vinte e quatro) meses.	UND	240	28,96	6.950,40
02	Abaixador de língua em madeira atóxica, superfície lisa, sem farpas, bordas arredondadas, dimensões aproximadas de 150 mm x 18 mm, uso único, embalagem com 100 unidades. Produto fornecido em embalagem original de fábrica, íntegra e lacrada, com identificação de lote e data de fabricação, observadas as condições de validade mínima 36 (trinta e seis) meses.	UND	150	5,98	897,00
03	Fita adesiva para esterilização a vapor, com indicador químico classe 1, compatível com ciclos de autoclave entre 121 °C e 134 °C, adesivo com boa aderência a papel grau cirúrgico e tecidos não tecidos, largura 19 mm, comprimento mínimo 30 m, apresentação em embalagem tipo rolo (1 rolo por unidade). Produto em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses, em conformidade com a legislação sanitária vigente para produtos para saúde.	UND	250	9,78	2.445,00
04	Solução de iodopovidona detergente antisséptica para higienização de pele e mucosas, concentração equivalente a 1% de iodo ativo (ou conforme rótulo), aspecto líquido, estável, apresentação em frasco de 100 ml (embalagem tipo frasco, com tampa de segurança tipo rosca ou pump). Produto com registro na Anvisa como medicamento ou saneante de uso hospitalar, fornecido em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	UND	20	7,29	145,80
05	Gel tixotrópico de ácido fosfórico a 37% para condicionamento de esmalte e dentina em procedimentos restauradores, cor visível (azul ou equivalente), apresentação em seringa com 2,5 ml, acompanhada de pontas aplicadoras descartáveis compatíveis (embalagem tipo blister ou caixa contendo seringa e pontas). Produto com registro ou notificação na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	UND	800	4,83	3.864,00
VALOR GLOBAL (R\$)					14.302,20



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

LOTE 02					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Adesivo odontológico de componente único para esmalte e dentina, fotopolimerizável, à base de água/etanol ou solvente equivalente, contendo primer e adesivo em um só frasco, compatível com resinas compostas químicas e fotopolimerizáveis, apresentação em frasco de mínimo de 4 ml (embalagem tipo frasco). Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, fornecido em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	FR	700	39,63	27.741,00
VALOR GLOBAL (R\$)					27.741,00
LOTE 03					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Agulha gengival 27G longa para anestesia odontológica, corpo em aço inox siliconizado, bisel trifacetado longo, canhão plástico rosqueável compatível com seringa carpule 1,8 ml, estéril, uso único, embalagem individual com protetor plástico e lacre, apresentação em caixa (pacote) com 100 unidades. Produto com registro na Anvisa como dispositivo médico, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	700	24,36	17.052,00
02	Agulha odontológica 30G extra-curta para anestesia local, em aço inoxidável siliconizado, bisel trifacetado, canhão plástico rosqueável para seringa carpule 1,8 ml, estéril, de uso único, embalagem individual com protetor plástico e lacre, apresentação em caixa (pacote) com 100 unidades. Produto com registro na Anvisa como dispositivo médico, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	700	33,25	23.275,00
03	Agulha odontológica 30G curta para anestesia local, em aço inoxidável siliconizado, bisel trifacetado, canhão plástico rosqueável para seringa carpule 1,8 ml, estéril, de uso único, embalagem individual com protetor plástico e lacre, apresentação em caixa (pacote) com 100 unidades. Produto com registro na Anvisa como dispositivo médico, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	700	32,04	22.428,00
VALOR GLOBAL (R\$)					62.755,00
LOTE 04					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Aplicador tipo microaplicador odontológico para adesivos, ácidos e soluções, haste plástica flexível, ponta em microfibras que não se soltam, resistente a solventes, uso único, descartável, apresentação em embalagem tipo tubo, blister ou pacote com 100 unidades. Produto em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade 36 (trinta e seis) meses.	CX	400	9,50	3.800,00
VALOR GLOBAL (R\$)					3.800,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

LOTE 05					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Solução cariostática de uso tópico odontológico, aspecto líquido, princípio ativo e concentração declarados em rótulo (ex.: fluoreto de sódio ou composto fluoretado equivalente), apresentação em frasco de 10 ml com conta-gotas (embalagem tipo frasco). Uso exclusivo profissional. Produto com registro na Anvisa como medicamento ou produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 12 (doze) meses	FR	100	28,63	2.863,00
VALOR GLOBAL (R\$)					2.863,00

LOTE 06					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Cartão para registro e organização de radiografias odontológicas, confeccionado em papel cartão rígido, gramatura mínima de 180 g/m², resistente à umidade e manuseio, com 2 furos para fixação de filmes, apresentação em embalagem tipo pacote contendo 100 unidades. Produto em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e data de fabricação, com prazo de validade 36 (trinta e seis) meses.	PCT	50	14,29	714.50
VALOR GLOBAL (R\$)					714.50

LOTE 07					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Líquido de cimento de fosfato de zinco odontológico à base de ácido fosfórico, frasco com 10 ml (embalagem tipo frasco), destinado à cimentação de restaurações e próteses, estável, com dosagem adequada para mistura com pó correspondente, uso profissional. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	FR	100	17,50	1.750,00
02	Pó de cimento de fosfato de zinco odontológico, finamente micronizado, cor amarela ou branca, para cimentação de restaurações e próteses, apresentação em frasco de 28 g (embalagem tipo frasco), acompanhado de colher dosadora quando aplicável. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	FR	100	17,81	1.781,00
03	Cimento à base de hidróxido de cálcio em pasta para uso odontológico, kit contendo 1 tubo de pasta base (13 g), 1 tubo de pasta catalisadora (11 g) e 1 bloco de mistura, indicado para forramento cavitário e proteção pulpar indireta, radiopaco, presa química. Apresentação em embalagens tipo bisnaga/tubo, acondicionadas em caixa. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	KIT	300	30,26	9.078,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

04	Cimento de ionômero de vidro restaurador, autocura, alta viscosidade, liberação de flúor, compatível com cavidades posteriores e anteriores, tempo de presa máximo de 5 min, conjunto completo com pó, líquido e acessórios de dosagem, para uso odontológico. Apresentação em frascos (pó e líquido) acondicionados em caixa (kit). Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	KIT	300	35,63	10.689,00
05	Cimento endodôntico para obturação de canais radiculares, radiopaco, com adequada escoabilidade e selamento, compatível com cones de guta-percha, apresentação em sistema pó/líquido ou pasta/pasta (embalagem contendo 10 ml de parte líquida e 12 g de pó, ou equivalente), uso exclusivo profissional. Embalagem tipo frasco e/ou bisnaga, acondicionados em caixa (kit). Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	CX	20	56,32	1.126,40
06	Cimento odontológico para restauração intermediária à base de óxido de zinco e eugenol (ou eugenol modificado), indicado para restaurações provisórias, bases e forros, conjunto contendo 1 frasco de pó, 1 frasco de líquido, 1 colher dosadora, 1 espátula em borracha branca e 1 dosador plástico transparente para pó. Apresentação em kit acondicionado em caixa. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	UND	500	27,47	13.735,00
VALOR GLOBAL (R\$)					38.159,40

LOTE 08					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Clorexidina digluconato 2% em solução aquosa para uso tópico em procedimentos odontológicos, aspecto líquido límpido, frasco com 1 L (embalagem tipo frasco), uso profissional, não indicado para bochecho. Produto com registro na Anvisa como medicamento ou saneante, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 12 (doze) meses.	UND	200	21,73	4.346,00
02	Clorexidina digluconato 0,12%, colutório para bochecho, solução alcoólica ou aquosa conforme registro, frasco com 1 L (embalagem tipo frasco), com orientações de uso em rótulo, sem adição de açúcar. Produto com registro na Anvisa como medicamento ou produto de higiene bucal, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, validade mínima 12 (doze) meses.	UND	450	26,77	12.046,50
03	Clorexidina digluconato 0,2% em solução tópica para uso odontológico, frasco com 1 L (embalagem tipo frasco), para antisepsia de mucosa e cavidade oral, com orientações de uso em rótulo. Produto com registro na Anvisa como medicamento ou saneante, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	UND	275	13,91	3.825,25
VALOR GLOBAL (R\$)					20.217,75



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

LOTE 09					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Solução anestésica odontológica de cloridrato de lidocaína 2% associada a epinefrina 1:100.000, em tubetes de vidro de 1,8 ml, estéreis, isentos de partículas visíveis, apresentação em caixa (fardo) com tubetes acondicionados individualmente em blisters ou cartuchos, uso exclusivo profissional. Produto registrado na Anvisa como medicamento, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	CX	1.500	164,22	246.330,00
02	Solução anestésica odontológica de cloridrato de mepivacaína 2% associada a epinefrina 1:100.000, em tubetes de vidro de 1,8 ml, estéreis, isentos de partículas, apresentação em caixa (fardo) com tubetes acondicionados individualmente, uso exclusivo profissional. Produto registrado na Anvisa como medicamento, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 12 (doze) meses.	CX	500	147,40	73.700,00
03	Solução anestésica odontológica de cloridrato de mepivacaína 3% sem vasoconstrictor, em tubetes de vidro de 1,8 ml, estéreis, isentos de partículas, apresentação em caixa (fardo) com tubetes acondicionados individualmente, uso exclusivo profissional. Produto registrado na Anvisa como medicamento, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	CX	300	161,93	48.579,00
VALOR GLOBAL (R\$)					368.609,00

LOTE 10					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Material obturador provisório odontológico à base de óxido de zinco, livre de eugenol, pasta pronta para uso, que endurece em meio úmido (saliva), cor dente, indicado para obturações provisórias em cavidades dentárias, apresentação em embalagem tipo bisnaga ou pote com 20 g, acondicionada em caixa. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	UND	400	9,62	3.848,00
VALOR GLOBAL (R\$)					3.848,00

LOTE 11					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Cones endodônticos acessórios em guta-percha, calibres FM, comprimentos conforme item (34 mm para FM), estojos (caixas) com 120 pontas, radiopacos, compatíveis com sistemas de obturação endodôntica, estéreis ou passíveis de desinfecção conforme técnica adotada. Produtos com registro na Anvisa como dispositivos médicos, em estojos originais, íntegros e lacrados, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínimo 24 (vinte e quatro) meses.	CX	100	53,55	5.355,00
02	Cones endodônticos acessórios em guta-percha, calibres M, comprimentos conforme item (28 mm para M), estojos (caixas) com 120 pontas, radiopacos, compatíveis com sistemas de obturação endodôntica, estéreis ou passíveis de desinfecção conforme técnica adotada. Produtos com registro na Anvisa como dispositivos	CX	100	28,20	2.820,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	médicos, em estojos originais, íntegros e lacrados, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínimo 24 (vinte e quatro) meses.				
03	Cones endodônticos acessórios em guta-percha, calibres ML, comprimentos conforme item (28 mm para ML), estojos (caixas) com 120 pontas, radiopacos, compatíveis com sistemas de obturação endodôntica, estéreis ou passíveis de desinfecção conforme técnica adotada. Produtos com registro na Anvisa como dispositivos médicos, em estojos originais, íntegros e lacrados, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	100	43,85	4.385,00
04	Cones de guta-percha principais para obturação, 1ª série (calibres ISO 15–40), estojos (caixas) com 120 cones, radiopacos, compatíveis com instrumentos manuais e rotatórios correspondentes. Produto com registro na Anvisa, em estojo original, íntegro e lacrado, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	170	28,03	4.765,10
05	Cones de guta-percha principais, 2ª série (calibres ISO 45–80), estojos (caixas) com 120 cones, radiopacos, compatíveis com instrumentos endodônticos correspondentes. Produto com registro na Anvisa, em estojo original, íntegro e lacrado, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	110	28,51	3.136,10
06	Cones de guta-percha especiais R7, estojos (caixas) com 120 cones cada, radiopacos, para uso em técnicas específicas de obturação, compatíveis com sistemas correspondentes. Produtos com registro na Anvisa, em estojos originais, íntegros e lacrados, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	200	35,13	7.026,00
07	Cones de guta-percha especiais R8, estojos (caixas) com 120 cones cada, radiopacos, para uso em técnicas específicas de obturação, compatíveis com sistemas correspondentes. Produtos com registro na Anvisa, em estojos originais, íntegros e lacrados, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	300	40,42	12.126,00
08	Cones de papel absorventes para endodontia, 1ª série (15–40) com coloração padronizada, embalagens tipo estojo ou caixa com 120 unidades, alta capacidade de absorção, compatíveis com os tamanhos ISO correspondentes. Produtos com registro na Anvisa, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	250	27,46	6.865,00
09	Cones de papel absorventes para endodontia, 2ª série (45–80), com coloração padronizada, embalagens tipo estojo ou caixa com 120 unidades, alta capacidade de absorção, compatíveis com os tamanhos ISO correspondentes. Produtos com registro na Anvisa, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	250	27,82	6.955,00
10	Cones endodônticos calibrados em guta-percha, 1ª e 2ª séries, comprimentos e diâmetros conforme padrões ISO, apresentação em estojos (caixas) com 120 pontas sortidas, radiopacos, compatíveis com canais instrumentados. Produtos com registro na Anvisa, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	50	40,29	2.014,50



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

11	Cones endodônticos calibrados em guta-percha, 2ª séries, comprimentos e diâmetros conforme padrões ISO, apresentação em estojos (caixas) com 120 pontas sortidas, radiopacos, compatíveis com canais instrumentados. Produtos com registro na Anvisa, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	50	31,90	1.595,00
12	Cones endodônticos calibrados em guta-percha, calibres nº 30, comprimento 28 mm, apresentações em refil (tubo) ou estojo com pontas calibradas e radiopacos. Produtos com registro na Anvisa, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	20	27,37	547,40
13	Cones endodônticos calibrados em guta-percha, calibres nº 35, comprimento 28 mm, apresentações em refil (tubo) ou estojo com pontas calibradas e radiopacos. Produtos com registro na Anvisa, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	20	32,96	659,20
14	Cones endodônticos calibrados em guta-percha, calibres nº 40, comprimento 28 mm, apresentações em refil (tubo) ou estojo com pontas calibradas e radiopacos. Produtos com registro na Anvisa, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, com prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	20	46,32	926,40
15	Cones endodônticos absorventes de papel, 1ª séries, comprimentos conforme padrão ISO, apresentação em estojos (caixas) com 120 pontas sortidas, estéreis, indicados para secagem de canais radiculares. Produtos com registro na Anvisa, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	50	42,96	2.148,00
16	Cones endodônticos absorventes de papel, 2ª séries, comprimentos conforme padrão ISO, apresentação em estojos (caixas) com 120 pontas sortidas, estéreis, indicados para secagem de canais radiculares. Produtos com registro na Anvisa, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	20	33,29	665,80
VALOR GLOBAL (R\$)					61.989,50

LOTE 12					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Creme dental com flúor para uso adulto, teor de flúor entre 1000 e 1500 ppm, sem adição de açúcar, apresentação em tubo (bisnaga) contendo no mínimo 90 g, sabores variados. Produto com registro na Anvisa como produto de higiene bucal, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 12 (doze) meses.	UND	1.000	3,83	3.830,00
02	Creme dental infantil com flúor, teor entre 500 e 1100 ppm, formulação adequada à faixa etária pediátrica, sem adição de açúcar, apresentação em tubo (bisnaga) com, no mínimo, 50 g, sabores infantis variados. Produto com registro na Anvisa como produto de higiene bucal, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 12 (doze) meses.	UND	1.000	3,87	7.040,00
03	Gel fluoretado para uso profissional em consultório odontológico, teor de fluoreto adequado (=/~1,23% F ionizável ou equivalente),	UND	300	4,69	1.407,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	viscosidade adequada para aplicação tópica em moldeiras, apresentação em frasco com 200 ml (embalagem tipo frasco). Produto com registro na Anvisa como medicamento ou produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 12 (doze) meses.				
VALOR GLOBAL (R\$)					9.107,00

LOTE 13

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Cunha cervical de madeira para uso em restaurações, formato anatômico, bordas suaves, tamanhos sortidos, colorida, uso único, descartável, apresentação em embalagem tipo pacote com 100 unidades. Produto em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e data de fabricação, prazo de validade mínima 36 (trinta e seis) meses.	CX	100	9,07	907,00
VALOR GLOBAL (R\$)					907,00

LOTE 14

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Detergente enzimático com, no mínimo, quatro enzimas (protease, amilase, lipase e carboidrase), pH neutro, biodegradável, baixa formação de espuma, compatível com instrumentos e materiais em aço inox e plásticos, frasco com 1 L (embalagem tipo frasco), para pré-limpeza de artigos odontomédico-hospitalares. Produto com registro na Anvisa como saneante para uso hospitalar, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	FR	500	24,18	12.090,00
VALOR GLOBAL (R\$)					12.090,00

LOTE 15

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Kit de discos abrasivos para acabamento e polimento de resinas compostas, contendo 50 discos sortidos nas granulações grossa, média, fina e extrafina, com sistema de acoplamento a mandril para contra-ângulo, uso único ou conforme instruções do fabricante, apresentação em embalagem tipo estojo/caixa. Produto com registro ou notificação na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	KIT	35	238,26	8.339,10
VALOR GLOBAL (R\$)					8.339,10

LOTE 16

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Escova dental adulto, cerdas macias em nylon com pontas arredondadas, cabeça de tamanho médio, cabo anatômico e aderente, apresentação em embalagem individual tipo blister ou filme termoencolhível, podendo ser acondicionadas em caixas (fardos). Produto com registro na Anvisa como produto de higiene bucal, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação	UND	2.000	0,71	1.420,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 36 (trinta e seis) meses.				
02	Escova para profilaxia odontológica tipo taça, para acoplamento em contra-ângulo de baixa rotação, com haste metálica e corpo em material plástico, compatível com uso intracavitário e aplicação de pasta profilática, uso único ou conforme instruções do fabricante, apresentação em embalagem tipo pacote ou caixa com unidades sortidas. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, mínima 24 (vinte e quatro) meses.	UND	4.000	1,76	7.040,00
03	Escova dental infantil, cerdas macias em nylon com pontas arredondadas, cabeça de tamanho reduzido, cabo anatômico, cores e desenhos infantis variados, embalagem individual tipo blister ou filme termoencolhível. Produto com registro na Anvisa como produto de higiene bucal, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, mínima 24 (vinte e quatro) meses.	UND	15.000	0,98	14.700,00
VALOR GLOBAL (R\$)					23.160,00

LOTE 17					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Solução de EDTA trissódico para uso em endodontia, concentração aproximada de 17%, aspecto líquido, pH levemente alcalino, utilizada na irrigação e remoção de smear layer, frasco com 20 ml com conta-gotas ou tampa dosadora (embalagem tipo frasco). Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	CX	150	6,21	931,50
VALOR GLOBAL (R\$)					931,50

LOTE 18					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Filme radiográfico odontológico tipo periapical simples, tamanho adulto, indicado para processamento manual ou automático conforme especificação, embalado individualmente com proteção luminosa e folha de chumbo, apresentação em caixa (fardo) com 150 unidades. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	200	11,74	2.348,00
VALOR GLOBAL (R\$)					2.348,00

LOTE 19					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Filme radiográfico odontológico tipo periapical simples, tamanho infantil, embalado individualmente com proteção luminosa e folha de chumbo, apresentação em caixa (fardo) com 150 unidades, compatível com processamento manual ou automático conforme rótulo. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	UND	150	243,50	36.525,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

02	Filme de PVC transparente, grau alimentício, largura 28 cm, comprimento mínimo 300 m, espessura compatível com uso em cobertura de superfícies e proteção de bandejas em consultório odontológico, isento de substâncias proibidas pela legislação sanitária vigente, apresentação em embalagem tipo rolo acondicionado em caixa. Produto em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	UND	300	30,21	9.063,00
03	Filme radiográfico odontológico tipo periapical em outro formato, conforme especificação do lote, embalado individualmente com proteção luminosa e folha de chumbo, apresentação em caixa com 150 unidades, compatível com processamento manual ou automático. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	50	252,84	12.642,00
VALOR GLOBAL (R\$)					58.230,00

LOTE 20					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Fios de sutura em nylon monofilamento para uso em cirurgias odontológicas, calibres 4-0, 3-0, 5-0 e 6-0, cor preta, comprimento 45 cm, montados em agulha atraumática com corpo triangular cortante (3/8 ou 1/2 círculo, conforme item), estéreis, uso único, apresentação em caixas com 24 envelopes individuais (embalagem tipo caixa/fardo). Produtos com registro na Anvisa como produtos para saúde, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	600	45,67	27.402,00
02	Fio de sutura em seda não absorvível, trançado, calibre 4-0, cor preta, comprimento 45 cm, montado em agulha atraumática, estéril, uso único, apresentação em caixas com 24 envelopes individuais. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	205	35,86	7.351,30
03	Fios de sutura em nylon monofilamento para uso em cirurgias odontológicas, calibres 3-0, cor preta, comprimento 45 cm, montados em agulha atraumática com corpo triangular cortante (3/8 ou 1/2 círculo, conforme item), estéreis, uso único, apresentação em caixas com 24 envelopes individuais (embalagem tipo caixa/fardo). Produtos com registro na Anvisa como produtos para saúde, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	350	32,28	11.298,00
04	Fios de sutura em nylon monofilamento para uso em cirurgias odontológicas, calibres 5-0, cor preta, comprimento 45 cm, montados em agulha atraumática com corpo triangular cortante (3/8 ou 1/2 círculo, conforme item), estéreis, uso único, apresentação em caixas com 24 envelopes individuais (embalagem tipo caixa/fardo). Produtos com registro na Anvisa como produtos para saúde, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	205	35,22	7.220,10



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

05	Fios de sutura em nylon monofilamento para uso em cirurgias odontológicas, calibres 6-0, cor preta, comprimento 45 cm, montados em agulha atraumática com corpo triangular cortante (3/8 ou 1/2 círculo, conforme item), estéreis, uso único, apresentação em caixas com 24 envelopes individuais (embalagem tipo caixa/fardo). Produtos com registro na Anvisa como produtos para saúde, em embalagens originais, íntegras e lacradas, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	205	23,57	4.831,85
06	Fio dental de uso odontológico, comprimento mínimo 500 m por rolo, fio multifilamentar encerado ou não, adequado para demonstração e uso profissional, acondicionado em embalagem resistente tipo carretel/estojo com cortador, podendo ser acondicionado em caixas (fardos). Produto com registro na Anvisa como produto de higiene bucal, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 36 (trinta e seis) meses.	UND	300	16,46	4.938,00
07	Fio dental de uso domiciliar, comprimento mínimo 100 m por embalagem, fio encerado ou não, acondicionado em estojo plástico com cortador. Produto com registro na Anvisa como produto de higiene bucal, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 36 (trinta e seis) meses.	UND	1.000	3,54	3.540,00
08	Fio retrator de algodão trançado calibre 00, não impregnado (ou com impregnação declarada em rótulo, sem vasoconstritores de risco como epinefrina), comprimento 244 cm por embalagem, apresentação em carretel/rocinha acondicionado em frasco ou estojo. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	UND	300	37,52	11.256,00
VALOR GLOBAL (R\$)					77.837,25
LOTE 21					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Solução fixadora radiológica concentrada ou pronta para uso, para processamento manual de filmes odontológicos, aspecto solução aquosa límpida, estável, frasco com 475 ml (embalagem tipo frasco), com instruções de diluição e uso em rótulo. Produto com registro na Anvisa como saneante/insumo radiológico, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	FR	800	17,50	14.000,00
02	Isolante odontológico à base de metacrilato ou resina acrílica equivalente, fotopolimerizável, destinado ao isolamento entre gesso e resina em trabalhos protéticos, apresentação em seringa de 2 a 2,5 g (embalagem tipo seringa em blister ou caixa), compatível com luz de fotopolimerização utilizada em consultório. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	UND	50	23,08	1.154,00
03	Grampo metálico para isolamento absoluto, em aço inoxidável, reutilizável, tamanhos diversos conforme numeração do fabricante, com perfis específicos para molares, pré-molares e anteriores, compatível com lençol de borracha odontológico, apresentação em	UND	20	13,22	264,40



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	embalagem tipo estojo ou caixa com unidades sortidas ou individuais. Produto com registro ou notificação na Anvisa, quando aplicável, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e, quando houver, datas de fabricação e validade.				
VALOR GLOBAL (R\$)					15.418,40

LOTE 22					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Spray refrigerante odontológico para teste de sensibilidade pulpar ("gelo seco"), frasco aerossol com 200 ml (embalagem tipo frasco aerossol), capaz de promover resfriamento intenso localizado na ponta do aplicador, uso exclusivo profissional. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	UND	30	41,33	1.239,90
VALOR GLOBAL (R\$)					1.239,90

LOTE 23					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Gesso odontológico tipo III (gesso pedra), cor amarela, pó fino com boa fluidez e resistência mecânica adequada, apresentação em embalagem tipo saco ou pacote com 1 kg, para confecção de modelos de estudo e trabalho em prótese. Produto com registro ou notificação na Anvisa, quando aplicável, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	KG	5	11,39	56,95
02	Papel carbono para registro de oclusão/articulação, para uso odontológico, em papel resistente, com pigmento apropriado, formato e dimensões adequadas ao uso intraoral, em folhas, podendo ser dupla face, cores distintas para diferentes contatos. Apresentação em bloco/embalagem tipo pacote. Produto em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 36 (trinta e seis) meses.	UND	300	11,61	3.483,00
VALOR GLOBAL (R\$)					3.539,95

LOTE 24					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Solução de glutaraldeído a 2% para desinfecção de alto nível de artigos odontomédico-hospitalares, forma física solução aquosa, apresentação em frasco de 5 L (embalagem tipo galão), pronta para ativação ou já pré-ativada, com indicação em rótulo do prazo de utilização da solução após ativação, devendo ser utilizada conforme instruções do fabricante. Produto com registro na Anvisa como saneante para uso hospitalar, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	FR	100	72,52	7.252,00
VALOR GLOBAL (R\$)					7.252,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

LOTE 25					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Hemostático absorvível em esponja de gelatina liofilizada, estéril, apirogênica, para uso em cavidades cirúrgicas odontológicas, reabsorção, apresentação em caixa com unidades embaladas individualmente (blister ou sachê). Produto com registro na Anvisa como medicamento ou produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses	CX	200	60,01	12.002,00
VALOR GLOBAL (R\$)					12.002,00

LOTE 26					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Hidróxido de cálcio P.A. em pó ou cristal fracionado para uso odontológico, pureza adequada (grau analítico), frasco âmbar com 10 g (embalagem tipo frasco), destinado à manipulação com glicerina ou veículo apropriado em curativos endodônticos, com tampa de segurança. Produto com registro na Anvisa, quando aplicável, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade mínima 12 (doze) meses.	FR	200	8,31	1.662,00
VALOR GLOBAL (R\$)					1.662,00

LOTE 27					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Iodoformio em pó micronizado para uso odontológico, cor e odor característicos, frasco com 10 g (embalagem tipo frasco âmbar com tampa rosqueável). Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	FR	35	28,58	1.000,30
VALOR GLOBAL (R\$)					1.000,30

LOTE 28					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Lâmina de bisturi em aço carbono, tamanho nº 15C, afiação uniforme, estéril, de uso único, compatível com cabo nº 3, embaladas individualmente em invólucro protetor, apresentação em caixa (fardo) com 100 unidades. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	CX	100	23,22	2.322,00
VALOR GLOBAL (R\$)					2.322,00

LOTE 29					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Lençol de borracha para isolamento absoluto, tamanho 13,5 x 13,5 cm, espessura média, cores variadas (preferencialmente opacas), podendo conter ou não látex, com composição indicada em rótulo,	CX	200	23,85	4.770,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	apresentação em embalagem tipo pacote ou caixa com 26 unidades. Produto com registro ou notificação na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.				
VALOR GLOBAL (R\$)					4.770,00

LOTE 30					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Líquido hemostático para uso odontológico à base de cloreto de alumínio ou sal adstringente equivalente, frasco com 10 ml (embalagem tipo frasco com conta-gotas ou tampa dosadora), para aplicação tópica em procedimentos restauradores e periodontais, uso exclusivo profissional. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	FR	100	14,42	1.442,00
VALOR GLOBAL (R\$)					1.442,00

LOTE 31					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Matriz de aço inoxidável em rolo, largura 5 mm, comprimento mínimo 5 m, espessura aproximada entre 0,05 e 0,07 mm, adequada para restaurações com resina composta ou amálgama, superfície lisa e polida, apresentação em embalagem individual tipo rolo acondicionado em blister ou caixa. Produto com registro ou notificação na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	UND	30	1,51	45,30
02	Matriz de aço inoxidável em rolo, largura 7 mm, comprimento mínimo 5 m, espessura aproximada entre 0,05 e 0,07 mm, superfície lisa e polida, destinada à confecção de restaurações, apresentação em embalagem individual tipo rolo acondicionado em blister ou caixa. Produto com registro ou notificação na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 24 (vinte e quatro) meses.	UND	50	1,82	91,00
VALOR GLOBAL (R\$)					136,30

LOTE 32					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Papel carbono para articulação, em bloco com 12 folhas, adequado ao uso intraoral, com pigmentação uniforme, permitindo registro nítido dos pontos de contato oclusal, podendo ser dupla face, cores adequadas à visualização intraoral. Apresentação em bloco/embalagem tipo pacote. Produto em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade 36 (trinta e seis) meses.	UND	500	5,17	2.585,00
VALOR GLOBAL (R\$)					2.585,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

LOTE 33					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Pasta endodôntica contendo hidróxido de cálcio associado a paramonoclorofenol canforado, apresentação em kit com 2 tubos de pasta e 2 tubos de glicerina ou veículo equivalente, acondicionados em caixa (embalagem tipo kit), para curativos intracanal temporários, radiopaca, uso exclusivo profissional. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	FR	500	10,77	5,385,00
VALOR GLOBAL (R\$)					5.385,00
LOTE 34					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Pasta endodôntica contendo hidróxido de cálcio associado a paramonoclorofenol canforado, apresentação em kit com 2 tubos de pasta e 2 tubos de glicerina ou veículo equivalente, acondicionados em caixa (embalagem tipo kit), para curativos intracanal temporários, radiopaca, uso exclusivo profissional. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	KIT	35	57,55	2.014,25
02	Pasta profilática para uso odontológico, à base de pedra-pomes e agentes tensoativos (lauril sulfato de sódio), com adição de flúor, apresentação em bisnaga com 90 g (embalagem tipo tubo), consistência adequada para uso com taças/escovas de profilaxia, sabores variados. Produto com registro na Anvisa como produto para saúde ou de higiene bucal profissional, em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima 12 (doze) meses.	UND	500	6,61	3.305,00
VALOR GLOBAL (R\$)					5.319,25
LOTE 35					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR (R\$) UNIT	VALOR (R\$) TOTAL
01	Pedra-pomes em pó para uso odontológico, obtida de rocha vulcânica, cor branca, granulometria extrafina, isenta de impurezas grosseiras, apresentação em embalagem tipo saco, fardo ou pote com 1 kg, destinada à profilaxia, acabamento e polimento de superfícies dentárias e restaurações. Produto em embalagem original, íntegra e lacrada, com identificação de lote e datas de fabricação e validade, prazo de validade mínima validade 36 (trinta e seis) meses.	UND	20	10,59	211,80
02	Pedra para afiação de instrumentos, tipo dupla face, dimensões aproximadas 185 mm x 65 mm x 31 mm, com dupla granulação (400 e 1000) para desbaste e acabamento de instrumentos odontológicos/cirúrgicos em aço inoxidável. Apresentação em unidade, acondicionada em embalagem individual tipo caixa ou blister. Produto em embalagem original de fábrica, íntegra e lacrada, com identificação de fabricante e lote. Material não perecível, dispensado de prazo de validade	UND	30	32,70	981,00
VALOR GLOBAL (R\$)					1.192,80
VALOR TOTAL ---->>>				R\$ 863.216,10	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 1.2 Os bens objeto desta contratação caracterizam-se como **bens de consumo padronizados**, enquadrados como **bens comuns**, na forma do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.3 Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação oficial, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovado, de forma motivada, que os preços registrados permanecem vantajosos, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.
- 1.4 Os fornecimentos dos itens serão realizados **de forma parcelada**, mediante emissão de Termo de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, de acordo com a demanda das unidades de saúde e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.5 Fundamentação da Contratação

- 1.5.1 A contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas, em especial legislação sanitária e de vigilância em saúde, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as normas gerais de direito público. O objeto encontra-se alinhado ao Plano de Contratações Anual – PCA da Secretaria Municipal de Saúde e ao Estudo Técnico Preliminar que integra o processo.
- 1.6 A presente contratação visa garantir o fornecimento contínuo, adequado e padronizado de materiais odontológicos às unidades da rede municipal de saúde de Lauro de Freitas/BA, abrangendo consultórios de saúde bucal na Atenção Primária, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e demais serviços que realizem procedimentos odontológicos. Tais unidades prestam atendimento ininterrupto ou de alta rotatividade, com grande demanda por insumos odontológicos, essenciais para assegurar condições adequadas de biossegurança, rastreabilidade dos procedimentos e segurança do paciente.
- 1.7 O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens com pagamento vinculado às quantidades efetivamente entregues.

2. JUSTIFICATIVA (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “b”).

- 2.1 A aquisição de insumos e materiais odontológicos é necessária e legítima para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde bucal prestados pelo Município de Lauro de Freitas/BA. Cones endodônticos, fios de sutura e cimentos odontológicos, entre outros, são insumos críticos para a realização de procedimentos de urgência, atenção básica e atenção especializada, impactando diretamente a resolutividade das ações de saúde e a segurança dos pacientes.
- 2.2 Tais materiais estão sujeitos a consumo intenso, prazo de validade e requisitos rigorosos de armazenamento e rastreabilidade. A ausência ou insuficiência desses insumos acarreta risco de interrupção de atendimentos, cancelamento de procedimentos, aumento de filas e comprometimento da biossegurança, com possível violação de normas sanitárias e prejuízo ao interesse público. A renovação planejada dos estoques é indispensável para evitar desabastecimento, contaminações cruzadas e uso de materiais vencidos ou inadequados.
- 2.3 A padronização e a aquisição planejada desses materiais por meio de Sistema de Registro de Preços contribuem para a gestão eficiente dos recursos públicos, com ganhos de escala, redução de desperdícios e melhoria da logística interna. O SRP permite atender à demanda de forma gradual, conforme a necessidade real das unidades, promovendo flexibilidade, economicidade e agilidade no processo de abastecimento. Diante disso, a contratação mostra-se tecnicamente adequada, sanitariamente segura, juridicamente válida e alinhada ao interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “c”).

- 3.1 Com base no Estudo Técnico Preliminar e na pesquisa de mercado realizada, a solução mais adequada é a adoção do Sistema de Registro de Preços, a ser operacionalizado por meio de Pregão Eletrônico, modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XLI, e do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 3.2 A opção pelo SRP justifica-se pela **impossibilidade de prever com exatidão o quantitativo a ser demandado em cada período**, pela necessidade de contratações frequentes e pela conveniência de entregas parceladas. A aquisição será realizada de acordo com a demanda da Administração, em conformidade com as condições da Ata de Registro de Preços, nos termos dos arts. 82 e 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3 A solução contempla a futura contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de materiais e insumos odontológicos, observando rigorosos critérios de qualidade, registro e regularidade junto aos órgãos de vigilância sanitária, quando aplicável (produtos sujeitos a registro na Anvisa), bem como conformidade com normas técnicas pertinentes. Os produtos deverão ser entregues em condições de uso imediato, com identificação clara de lote e validade, embalagem íntegra e garantia contra defeitos de fabricação.
- 3.4 O planejamento da contratação por meio do SRP assegura maior flexibilidade à Administração, permitindo aquisições conforme a necessidade das unidades de saúde, evitando estoques excessivos ou desabastecimento. A padronização dos itens facilita o controle logístico, o planejamento de compras, a rastreabilidade dos materiais e a fiscalização contratual, promovendo economia de escala, uniformidade no atendimento e melhor aproveitamento da estrutura de almoxarifado central e setorial.
- 3.5 As especificações técnicas, requisitos e características de cada item, bem como os quantitativos estimados, foram definidos pelo setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, padrões assistenciais de saúde bucal e consumo histórico das unidades, para a melhor consecução do interesse público.
- 3.6 As especificações e quantitativos detalhados dos itens encontram-se descritos em Anexo específico, parte integrante deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "d").

- 4.1 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos sistemas oficiais, devendo proceder à correção tão logo identifique incorreções ou desatualizações. A inobservância poderá ensejar prejuízo à participação e eventual desclassificação.
- 4.2 Impedimentos de participação:
- a.1) quem não atender às condições deste Termo de Referência e anexos;
 - a.2) pessoas físicas ou jurídicas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal em decorrência de sanção aplicada;
 - a.2.1) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil, com poderes para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
 - a.3) licitante que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue no processo de contratação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau;
 - a.4) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes;
 - a.5) agente público do órgão ou entidade licitante;
 - a.6) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

JUSTIFICATIVA: A vedação à participação de consórcios não restringe indevidamente a competitividade, pois o objeto sob exame consiste em **bens de consumo padronizados, de baixa complexidade técnica e amplamente ofertados no mercado**, não se tratando de contratação de alta complexidade ou vulto econômico que justifique a atuação consorciada. A admissão de consórcios em objeto dessa natureza poderia, ao contrário, favorecer a concentração de mercado e a união artificial de potenciais concorrentes, em afronta aos princípios da competitividade e da vantajosidade.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- a.7) pessoa física ou jurídica que integre rol de sancionados por organismos internacionais ou por agências de cooperação estrangeira, quando se tratar de projeto ou programa financiado por tais entidades, ou que seja declarada inidônea na forma da Lei nº 14.133/2021.
- a.8) O impedimento de que trata o item alínea “a.2” será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
- a.9) Terceiro que atue em substituição a pessoa física ou jurídica sancionada, inclusive controladora, controlada ou coligada, com intuito de burlar a efetividade da sanção, desde que comprovado o ilícito.
- a.10) Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- a.11) A vedação de que trata o item alínea “a.5” estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- a.12) Não poderá participar, direta ou indiretamente, do certame ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, na forma da legislação pertinente.
- 4.3 A licitação será realizada sob a modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, para registro de preços, por se tratar de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, combinado com o art. 6º, inciso XLI, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4 Adota-se o critério de julgamento de **menor preço por lote** por se mostrar o mais adequado ao objeto e à estratégia de contratação definida no Estudo Técnico Preliminar, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021. Dentro de cada lote, foram agrupados itens correlatos e complementares, com características técnicas similares e destinação comum, o que permite **padronizar especificações, prazos de garantia e condições de fornecimento**, evitando fragmentação excessiva e simplificando a gestão contratual.
- I. A Administração passa a lidar com menos interfaces para entrega, conferência, faturamento e sanções, reduzindo custos administrativos e aumentando a rastreabilidade dos materiais. Do ponto de vista econômico, o menor preço por lote equilibra o parcelamento do objeto com a preservação da economia de escala: evita tanto a concentração de todo o fornecimento em um único licitante (como no menor preço global) quanto a pulverização excessiva que eleva custos de gestão.
- II. A consolidação de itens por lote favorece descontos pelo volume agregado e permite que diferentes empresas venham a vencer lotes distintos, ampliando a competitividade e prevenindo concentração de mercado. As pesquisas de mercado e o Estudo Técnico Preliminar demonstram número suficiente de fornecedores por lote, de modo que o critério não restringe indevidamente a concorrência, constituindo solução proporcional, juridicamente fundamentada e alinhada às práticas de mercado.
- 4.5 Para o fornecimento dos objetos pretendidos, a empresa vencedora deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o comércio de materiais odontológicos, apresentando todos os documentos de habilitação exigidos no edital, inclusive eventuais registros sanitários, autorizações de funcionamento e licenças pertinentes.
- 4.6 A contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, em seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da adequada e tempestiva execução do objeto.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 4.7 Deverão ser observados, no mínimo, os requisitos de qualidade e capacidade de execução previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 62, 66 a 69, garantindo a entrega de produtos em conformidade com as especificações, dentro dos prazos estipulados e adequados às práticas de mercado.
- 4.8 A contratada deverá ser capaz de cumprir integralmente os prazos de entrega, condição essencial para manter o regular abastecimento das unidades de saúde e a continuidade dos serviços odontológicos. O descumprimento injustificado dos prazos sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.
- 4.9 A contratada deverá realizar a entrega dos produtos independentemente do quantitativo solicitado em cada Autorização de Fornecimento, não sendo admitida a exigência de pedido mínimo que comprometa o atendimento oportuno da demanda das unidades.
- 4.10 Todos os materiais e procedimentos relativos ao seu fornecimento deverão observar a legislação sanitária, de vigilância em saúde, de defesa do consumidor, de saúde do trabalhador e demais normas aplicáveis, inclusive as normas específicas da Anvisa, quando couber.
- 4.11 A proposta de preços deverá indicar marca, fabricante (quando solicitado) e procedência dos materiais ofertados, assegurando total correspondência com as especificações constantes do Termo de Referência. Não serão aceitos produtos com características inferiores ou divergentes das especificadas.

4.12 Do Tratamento Diferenciado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Dos Critérios De Desempate.

- 4.12.1 Para fins de aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que desejarem usufruir dos benefícios destinados às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP deverão apresentar declaração específica de enquadramento como ME/EPP, firmada por seu representante legal, com indicação expressa de que optam pelo referido benefício, assumindo inteira responsabilidade pela veracidade das informações prestadas;
- 4.12.2 Nas condições do subitem 4.12.1, serão consideradas empatadas com a primeira colocada, para fins de aplicação do tratamento favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte previsto na Lei Complementar nº 123/2006, as propostas apresentadas por ME ou EPP que se situem na faixa de até 5% (cinco por cento) em relação à melhor proposta ou ao melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado (empate ficto).
- 4.12.3 A licitante enquadrada como ME ou EPP mais bem classificada na forma do subitem 4.12.2 terá o direito de apresentar, no prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos, contado da sua convocação em ato contínuo à fase competitiva, última oferta para desempate, em valor obrigatoriamente inferior ou com percentual de desconto superior ao da primeira colocada, observado o critério de julgamento previsto neste Termo de Referência.
- 4.12.4 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não apresente nova oferta no prazo estabelecido, serão convocadas, na ordem de classificação, as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento), para o exercício do mesmo direito, respeitado o prazo definido no subitem 4.12.3.
- 4.12.5 Na hipótese de equivalência dos valores ou dos percentuais de desconto apresentados pelas ME's e EPP's enquadradas nas faixas mencionadas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para definição da licitante que terá preferência para apresentação de melhor oferta, em observância aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 4.12.6 Para os fins do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, considera-se empate real a ocorrência de propostas ou lances de mesmo valor apresentados na mesma fase da disputa.
- 4.12.7 Verificado empate real entre propostas ou lances, a Administração aplicará, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, nos termos do art. 60 da Lei nº 14.133/2021:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- a) realização de disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, preferencialmente com base em registros cadastrais e em atestos de cumprimento de obrigações, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- c) comprovação, pelo licitante, de desenvolvimento de ações de promoção da equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento aplicável;
- d) comprovação, pelo licitante, de desenvolvimento de programa de integridade, em conformidade com orientações dos órgãos de controle.

4.12.8 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no subitem anterior, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- e) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- f) empresas brasileiras;
- g) empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País;
- h) empresas que comprovem a prática de mitigação de emissões, nos termos da Lei nº 12.187/2009, em consonância com a disciplina de critérios de desempate e de promoção do desenvolvimento nacional sustentável constante da Lei nº 14.133/2021.

4.13 Da Exigência De Amostra.

4.13.1 Não será exigida a apresentação de amostras, uma vez que as especificações dos itens são objetivas, usuais de mercado e suficientes para assegurar a adequada avaliação técnica, sem prejuízo da exigência de laudos, fichas técnicas, catálogos ou outros documentos comprobatórios, quando necessário. A dispensa de amostras visa evitar ônus desproporcional aos licitantes, sem comprometer a qualidade do objeto.

4.14 Garantia da execução.

4.14.1 Não será exigida garantia contratual para execução do objeto, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando:

- a) a natureza de bens de consumo;
- b) o fracionamento das entregas;
- c) a ampla concorrência no segmento, e;
- d) o fato de que o risco de inadimplemento pode ser adequadamente mitigado por meio de sanções administrativas, controle de pagamentos e gestão ativa do contrato.

4.14.2 Tal decisão mostra-se proporcional e razoável, evitando aumento desnecessário de custos para a Administração e para os licitantes, sem prejuízo da segurança da contratação

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “e”).

5.1 O modelo de execução do objeto – registro de preços para aquisição de insumos e materiais odontológicos (cones endodônticos, fios de sutura, cimentos) – observará o Sistema de Registro de Preços, com Ata de Registro de Preços com prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação a, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovado, de forma motivada, que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação aplicável

5.1.1 Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata observarão os prazos de vigência estabelecidos no edital e no próprio ajuste, respeitadas as regras dos arts. 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

quanto à duração dos contratos e, quando caracterizada natureza contínua, às prorrogações sucessivas condicionadas à demonstração de vantajosidade e à disponibilidade orçamentária.

- 5.2 A empresa contratada deverá fornecer os produtos de forma parcelada e sob demanda, conforme solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Lauro de Freitas/BA, por meio de Termo de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, vedada a imposição de quantitativo mínimo por pedido;
- 5.3 O prazo máximo para entrega de cada pedido será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho ou documento equivalente, devendo a entrega ocorrer de forma parcelada, conforme autorizações de fornecimento, no seguinte endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, Rua Leonardo R. da Silva, Condomínio Nossa Senhora de Lourdes, nº 377, Lote 08, Bairro Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP 42.701-420.
- 5.3.1 Na hipótese de risco de atraso no cumprimento do prazo, a empresa deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, as razões impeditivas, para análise motivada de eventual prorrogação, sem prejuízo da responsabilização em caso de atraso injustificado. Situações de caso fortuito ou força maior serão avaliadas nos termos da legislação aplicável.

5.4 Subcontratação

- 5.4.1 Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, por se tratar de fornecimento direto de bens padronizados, amplamente disponíveis no mercado, cuja execução integral pode ser cumprida por qualquer empresa do ramo, de forma direta, sem necessidade de cadeia especializada de subfornecedores.
- 5.4.1.1 “A vedação não se aplica a serviços acessórios de logística/transporte, desde que mantida a responsabilidade integral da contratada pelo fornecimento e pela qualidade dos produtos.”
- 5.4.2 A vedação observa o art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, preservando a responsabilidade integral da contratada e evitando intermediação meramente administrativa que não agrega vantajosidade técnica ou econômica à Administração.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “f”).

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências da inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da referida Lei.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por ato da Administração, o cronograma de execução será ajustado ou prorrogado pelo tempo correspondente, com registro formal em apostila ou termo aditivo, conforme o caso, devidamente motivado.
- 6.3 As comunicações entre o órgão contratante e a contratada serão realizadas preferencialmente por escrito, admitido o uso de meios eletrônicos oficiais, sempre que o ato exigir formalidade ou repercutir em direitos e deveres contratuais.
- 6.4 O órgão contratante poderá convocar representante da empresa contratada para reuniões presenciais ou virtuais, sempre que necessário à adoção de providências imediatas ou à solução de pendências relacionadas à execução contratual.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial de alinhamento, na qual será apresentado o plano de fiscalização, contendo as principais obrigações contratuais, mecanismos de acompanhamento, critérios de medição, estratégias de execução do objeto, indicadores de desempenho e sanções aplicáveis.

6.6 Fiscalização:

- 6.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o servidor Daniela Coelho de Souza Lima (Mat. 121339-1) ou pelos respectivos substitutos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 6.6.2 Os fiscais do contrato deverão registrar, em meio próprio (físico ou eletrônico), todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução, determinando as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades.
- 6.6.3 Sempre que a situação demandar decisão além de sua competência, o fiscal comunicará o fato ao gestor do contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis, inclusive aplicação de sanções.
- 6.6.4 O fiscal do contrato será apoiado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, que deverão dirimir dúvidas e fornecer subsídios para a prevenção de riscos na execução, em conformidade com o art. 117, §§ 3º e 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.6.5 O(s) fiscal(is) administrativo(s) verificará(ão) a manutenção das condições de habilitação, acompanhará(ão) empenhos, liquidação, pagamentos, garantias, glosas, apostilamentos e termos aditivos, podendo exigir documentos comprobatórios sempre que necessário.
- 6.6.6 A fiscalização contratual **não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada**, inclusive perante terceiros, por vícios, defeitos, inadequação dos materiais ou descumprimento de obrigações, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

6.7 Gestor do Contrato

- 6.7.1 Caberá ao **gestor do contrato**, designado por Portaria, coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização, consolidando as informações registradas pelos fiscais e mantendo atualizado o histórico de ocorrências, ordens de fornecimento, alterações, prorrogações e sanções:
- 6.7.2 O gestor acompanhará os registros dos fiscais, comunicando à autoridade competente as situações que extrapolarem sua competência, bem como apontará eventuais riscos e necessidade de ajustes contratuais.
- 6.7.3 O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação dos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações pela contratada, com menção aos indicadores de desempenho, ocorrências relevantes e penalidades eventualmente aplicadas, para fins de registro no cadastro de desempenho contratual.
- 6.7.4 Compete ainda ao gestor adotar as providências para instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, quando cabível, nos termos dos arts. 154 a 159 da Lei nº 14.133/2021, bem como elaborar relatório final sobre os resultados da contratação.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “g”).

7.1 Recebimento:

- 7.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para posterior verificação de conformidade com o Termo de Referência e a proposta.
- 7.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, se em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos pela contratada, às suas expensas, no prazo que vier a ser definido pela Administração, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções.
- 7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, após verificação da qualidade e quantidade dos materiais e lavratura de termo de recebimento definitivo.
- 7.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma motivada, uma única vez e por igual período, quando a natureza do objeto ou a necessidade de diligências adicionais assim o exigir.
- 7.1.5 Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos bens entregues, deverá ser liberada, no prazo contratual, a parcela incontroversa, aplicando-se o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 7.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela solidez, segurança, qualidade e adequação dos produtos fornecidos durante o prazo de garantia contratual e legal.

7.2 Liquidação

- 7.2.1 Recebida a nota fiscal ou documento equivalente, o setor competente procederá à liquidação da despesa, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis de forma motivada por igual período, verificando a conformidade do fornecimento com o contrato.
- 7.2.2 Para fins de liquidação, será verificado se a nota fiscal contém os elementos essenciais: dados da contratada e do órgão contratante, número do contrato, período de referência, descrição dos bens, valor a pagar, retenções tributárias e demais informações exigidas.
- 7.2.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o processo ficará sobrestado até que a contratada promova a regularização, reiniciando-se o prazo após a comprovação do saneamento, sem ônus para a Administração;
- 7.2.4 A nota fiscal deverá ser acompanhada de comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, conforme exigências do edital e da Lei nº 14.133/2021, admitida consulta eletrônica a cadastros oficiais.
- 7.2.5 Constatada situação de irregularidade impeditiva, a Administração notificará a contratada para regularização ou apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo adotar as providências administrativas cabíveis, inclusive rescisão contratual, se a situação persistir;
- 7.2.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.2.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.2.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3 Prazo de pagamento

- 7.3.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da conclusão da liquidação da despesa, em prazo considerado razoável pela Administração, em observância aos princípios da eficiência, da segurança jurídica e da boa-fé nas relações contratuais.

7.4 Forma de pagamento

- 7.4.1 O pagamento será realizado por ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada em instituição financeira oficial ou por meio admitido pela Administração.
- 7.4.2 Considera-se como data do pagamento aquela em que for emitida a ordem bancária.
- 7.4.3 Na ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias e legais cabíveis, independentemente dos percentuais indicados em planilha de custos, observada a legislação vigente.
- 7.4.4 A contratada optante pelo Simples Nacional deverá comprovar formalmente sua condição para fruição do tratamento tributário favorecido, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "h").



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

- 8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento menor preço por lote, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação municipal.
- 8.1.2 A adoção do critério de menor preço por lote tem por finalidade padronizar especificações, prazos e condições de fornecimento; racionalizar a gestão e fiscalização contratual; concentrar responsabilidades em número reduzido de fornecedores por grupo de itens; e promover economia de escala, sem prejuízo da competitividade, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

8.2 Forma de fornecimento

- 8.2.1 A forma de fornecimento será parcelada e sob demanda, mediante emissões sucessivas de Termos de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, até o limite dos quantitativos registrados na Ata, observados os prazos de entrega, condições de recebimento e demais cláusulas deste Termo de Referência.
- 8.2.2 Todos os produtos deverão ser entregues com identificação clara de fabricante, número de lote e prazo de validade, em embalagens íntegras e adequadas ao armazenamento, vedada a entrega de itens com prazo de validade exíguo que comprometa o uso regular pelas unidades, bem como de produtos sem registro ou notificação sanitária quando exigíveis pela legislação vigente.
- 8.2.2.1 **Embalagem, rotulagem e rastreabilidade:**
- a) Fornecimento em **embalagem original de fábrica, íntegra, lacrada**, com identificação do fabricante/importador, número de lote, data de fabricação e de validade, em língua portuguesa.
 - b) É vedado o fornecimento de produtos reprocessados, reembalados ou “fracionados” pelo distribuidor.
 - c) Produtos **estéreis** deverão vir com indicação clara do método de esterilização e validade da esterilidade.
- 8.2.3 É vedado o fornecimento de produtos reprocessados, reembalados por terceiros sem autorização do fabricante, de procedência duvidosa ou que não atendam, de forma comprovada, às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, sob pena de rejeição, responsabilização da contratada e aplicação das penalidades contratuais e legais.

8.3 Habilitação jurídica:

- 8.3.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 8.3.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.3.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.3.4 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4 Regularidade fiscal, social e trabalhista:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 8.4.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.4.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;
- 8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com redação atualizada pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;
- 8.4.5 Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal’.
- 8.4.6 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.4.7 A verificação pelo Órgão responsável ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5 Qualificação Econômico-Financeira.

- 8.5.1 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, será exigida certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de feitos relativos à falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial e insolvência civil, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos termos do art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021, ou documento equivalente na forma da lei.
- 8.5.2 Deverão ser apresentados o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já encerrados e exigíveis, na forma da legislação comercial, a partir dos quais serão calculados os seguintes índices mínimos:
- Índice de Liquidez Geral (LG) $\geq 1,00$;
 - Índice de Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,00$;
 - Índice de Solvência Geral (SG) $\geq 1,00$.
- 8.5.2.1 Para fins deste termo, consideram-se:
- i. $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$;
 - ii. $LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$;
 - iii. $SG = \text{Ativo Total} \div \text{Passivo Total}$.
- 8.5.3 As exigências de que tratam os itens 8.5.2 e 8.5.2.1 serão formuladas em caráter proporcional e não poderão ultrapassar os limites aqui fixados, vedada a exigência de índices adicionais ou mais restritivos,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

de modo a preservar a competitividade, a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa, em consonância com os arts. 5º, 11 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

- 8.5.4 No caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos contábeis limitar-se-ão aos exercícios efetivamente encerrados; se constituída no próprio exercício financeiro da licitação, a empresa poderá substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do atendimento aos índices quando tecnicamente possível.
- 8.5.5 A exigência de demonstrações contábeis completas observará o limite definido pela Receita Federal do Brasil para obrigatoriedade de transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED, de modo que:
- a) para empresas obrigadas à ECD, será exigido o conjunto completo das demonstrações contábeis;
 - b) para microempresas, empresas de pequeno porte e demais sociedades não obrigadas à ECD, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício elaborados na forma da legislação específica, vedado o excesso de formalismo que inviabilize a participação desses agentes econômicos (art. 4º, § 1º, e arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, aplicados em harmonia com a Lei nº 14.133/2021).
- 8.5.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender às exigências de habilitação econômico-financeira na medida de sua capacidade contábil constituída, sendo-lhes facultado substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura regularmente registrado, observado o disposto no item 8.5.4 e no art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.5.7 O atendimento aos índices econômico-financeiros previstos neste item deverá ser atestado por profissional legalmente habilitado da área contábil, mediante declaração firmada com indicação de nome completo e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), sem prejuízo da verificação e conferência pela Administração.
- 8.5.8 Para fins de qualificação econômico-financeira, **não será exigida comprovação de patrimônio líquido mínimo**, adotando-se apenas os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, todos $\geq 1,00$, por se tratar de fornecimento de bens de consumo padronizados, com risco moderado e ampla concorrência, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021..

Nota 1 – Índices econômico-financeiros (LG, LC e SG): A exigência dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, todos $\geq 1,00$, assegura capacidade mínima da futura contratada para honrar obrigações de curto e longo prazo, reduzindo o risco de inadimplemento e interrupção contratual. Os parâmetros são objetivos, usuais na Administração Pública e proporcionais ao risco e ao porte do objeto, em consonância com os arts. 5º, 11, 18 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

8.6 Qualificação Técnica

- 8.6.1 Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá comprovar experiência prévia compatível com o objeto, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de insumos e materiais odontológicos similares aos descritos neste Termo de Referência, em caráter contínuo ou parcelado. A exigência de comprovação de experiência prévia observará os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade, nos termos do art. 5º, do art. 11 e do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada qualquer interpretação que restrinja indevidamente o caráter competitivo do certame.
- 8.6.1.1 Será admitida a apresentação de atestados que comprovem fornecimento de insumos médico-odontológicos ou hospitalares de natureza assemelhada, não se exigindo coincidência integral de todos os itens, desde que demonstrada experiência prévia em fornecimento de bens sujeitos à regulação sanitária, de forma proporcional ao objeto desta licitação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 8.6.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) indicar, no mínimo: razão social e CNPJ da contratante, identificação da contratada, período de execução, descrição genérica dos materiais fornecidos e declaração de que o contrato foi executado de forma satisfatória.
- 8.6.3 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.
- 8.6.4 Alvará, expedido pelo serviço de vigilância sanitária local (Municipal Distrital ou Estadual). Caso o documento exigido nesta alínea não indique a sua validade, considerar-se-á o prazo de 12 (doze) meses, contados de sua emissão.
- 8.6.5 Alvará de Funcionamento Municipal ou Distrital em plena validade.
- 8.6.6 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.
- 8.6.7 A Administração se reserva o direito de promover quaisquer diligências que se façam necessárias a fim de verificar a veracidade e a precisão das informações fornecidas.
- 8.6.8 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo.
- 8.6.9 Os documentos referentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômica e Financeira poderão ser substituídos pelo registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal (SICAF), desde que apresentado dentro do prazo de validade, sendo necessário que os mesmos se encontrem listados no CRC, caso contrário, o licitante fica obrigado a apresentá-los.
- 8.6.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Termo, o licitante será declarado vencedor;
- 8.6.11 A regularidade dos documentos exigidos no subitem 8.4 e 8.5 será confirmada a autenticidade por meio de consulta "on-line".
- 8.6.12 A licitante que deixar de atender às condições de habilitação contidas neste Termo, apresentar documento(s) incompleto(s), ilegível(is), com borrões, rasuras, entrelinhas, ou, ainda, com seus prazos de validade vencidos será inabilitada. Salvo o tratamento diferenciado às Micro e Pequenas Empresas no tratamento diferenciado da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, nas restrições relativas às certidões de regularidade fiscal e trabalhista.
- 8.6.13 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.6.14 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- 8.6.14.1 SICAF;
- 8.6.14.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 8.6.14.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.6.15 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 8.6.16 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6.16.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.6.16.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.6.16.3 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.6.16.4 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.6.17 A contratada deverá comprovar conter ainda os documentos a seguir relacionados:
- 8.6.17.1 declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 8.6.17.2 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.6.17.3 declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

8.7 DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES – (PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO): As especificações constantes da planilha de itens têm caráter técnico e funcional, admitindo-se a oferta de produtos equivalentes que atendam integralmente às mesmas finalidades, padrões de qualidade e requisitos sanitários, vedada a indicação e a exigência de marca específica, tal como as exigências visam resguardar a segurança sanitária, a rastreabilidade e a conformidade regulatória dos produtos a serem fornecidos à Administração.

- 8.7.1 As exigências constantes da planilha de especificações têm por finalidade resguardar a segurança sanitária, a rastreabilidade e a conformidade regulatória dos insumos e materiais odontológicos (cones endodônticos, fios de sutura, cimentos e correlatos) a serem fornecidos à Administração, em observância à legislação sanitária vigente, à Lei nº 14.133/2021 e ao Código de Defesa do Consumidor.
- 8.7.2 Os produtos ofertados deverão atender às exigências de qualidade e segurança, observando as normas expedidas pelos órgãos oficiais de controle e fiscalização, em especial a ANVISA e demais autoridades sanitárias competentes, bem como o disposto no art. 39, inciso VIII, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sendo vedada a colocação no mercado de produtos em desacordo com normas técnicas e regulatórias.
- 8.7.2.1 Todos os produtos deverão possuir registro ou notificação na Anvisa, **conforme sua classificação (medicamento, produto para saúde, saneante, cosmético)**, em situação regular na data da licitação e durante toda a vigência das entregas.
- 8.7.2.2 A licitante deverá comprovar que o fabricante está regular junto à autoridade sanitária, com Autorização de Funcionamento vigente, quando exigida, nos termos da Lei nº 6.360/1976, da Lei nº 9.782/1999 e normas da Anvisa aplicáveis. A comprovação poderá ser feita por: certificado de AFE da Anvisa, publicação no DOU, consulta eletrônica do portal da Anvisa com situação “ativa” ou, para fabricante estrangeiro, licença sanitária equivalente do país de origem, com tradução juramentada.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 8.7.3 Os licitantes deverão apresentar, juntamente com a proposta, catálogos, prospectos ou fichas técnicas emitidos pelo fabricante dos produtos ofertados, contendo descrição completa das características técnicas, composição, indicação de uso e demais informações necessárias à verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência. A futura contratada compromete-se a garantir que os produtos entregues sejam idênticos aos descritos na documentação técnica apresentada, observando integralmente as especificações e os padrões de qualidade exigidos, sob pena de rejeição dos materiais e aplicação das sanções cabíveis.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 No âmbito da contratação para **registro de preços de insumos e materiais odontológicos**, a Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, do edital, da Ata de Registro de Preços e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

- 9.2 Efetuar o **fornecimento dos materiais odontológicos** descritos neste Termo de Referência, observando rigorosamente as especificações técnicas, os prazos, os locais de entrega e demais condições estabelecidas, garantindo padrões de qualidade compatíveis com o ramo de atividade e com a legislação sanitária vigente;
- 9.3 Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições de uso, nas quantidades autorizadas, dentro do prazo e no local indicados pela Administração, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar, no mínimo: identificação do contrato/ata, descrição do item, marca, fabricante, número de lote, prazo de validade e demais elementos necessários à rastreabilidade;
- 9.4 Responder integralmente por vícios, defeitos, inadequações e danos decorrentes dos produtos fornecidos, providenciando, às suas expensas, a reparação dos prejuízos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades previstas em normas de defesa do consumidor e na Lei nº 14.133/2021;
- 9.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, todo e qualquer produto que apresente avarias, defeitos de fabricação, divergência em relação às especificações ou prazo de validade insuficiente, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.6 Comunicar à Contratante, por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas em relação à data prevista para a entrega, qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento do prazo ou das condições ajustadas, apresentando justificativa e documentação comprobatória quando for o caso;
- 9.7 Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, sob pena de aplicação das medidas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato;
- 9.8 Indicar e manter preposto formalmente habilitado para representá-la perante a Administração durante a execução do contrato, com poderes para receber notificações, prestar esclarecimentos e adotar providências imediatas;
- 9.9 Executar todas as obrigações contratuais com observância da **melhor técnica aplicável ao fornecimento, armazenamento e transporte de insumos odontológicos**, atendendo às normas legais, regulamentares e técnicas pertinentes (inclusive sanitárias), de modo a preservar a qualidade e a segurança dos produtos até a entrega;
- 9.10 Arcar com todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto, inclusive aquelas relativas a embalagem, transporte, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer insumos e materiais utilizados na execução do fornecimento, respondendo integralmente por



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou subcontratados autorizados, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 Receber os produtos nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no contrato, observando o procedimento de recebimento provisório e definitivo previsto na legislação;
- 10.2 Verificar, dentro dos prazos fixados, a conformidade dos bens recebidos com as especificações do Termo de Referência e da proposta, procedendo à aceitação e ao recebimento definitivo ou, se for o caso, à rejeição total ou parcial, com a devida motivação;
- 10.3 Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas, vícios ou irregularidades verificadas nos produtos entregues, para que sejam substituídos, corrigidos ou complementados, nos prazos estabelecidos, sem prejuízo da aplicação de sanções;
- 10.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada por meio de fiscal(is) e gestor(es) de contrato formalmente designados, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando as ocorrências relevantes e adotando as providências necessárias à boa execução contratual.;
- 10.5 Efetuar o pagamento à Contratada pelos produtos efetivamente entregues e recebidos, no valor, forma e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, condicionando-o ao cumprimento das exigências de faturamento e regularidade;
- 10.6 Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros decorrentes de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subcontratados autorizados, nos termos dos arts. 120 e 121 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.7 Adotar, de forma motivada, as medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual, inclusive determinar a paralisação ou suspensão parcial da execução, quando necessário à proteção do interesse público ou à correção de irregularidades, sem prejuízo da instauração de processo para aplicação de sanções, rescisão contratual e demais providências previstas na Lei nº 14.133/2021.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “j”)

- 11.1 As despesas decorrentes das futuras contratações que vierem a ser formalizadas com base nesta Ata de Registro de Preços correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, em dotações próprias da Secretaria Municipal de Saúde de Lauro de Freitas/BA, observadas a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 14.133/2021.

- I. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Descrição	Código	Nomenclatura
Órgão	23	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	2301	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Ação/Atividade	2354 2374	Funcionamento dos Serviços de Atenção à Saúde Bucal Especializada Funcionamento dos serviços de atenção primaria a saúde.
Elemento	33903000	Material de Consumo
Fontes de recursos	15001002	Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde.
	16000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- II. Em se tratando de Sistema de Registro de Preços, a presente fase limita-se à estimativa da demanda e à fixação de preços máximos, não implicando, por si só, compromisso imediato de despesa. A indicação da dotação orçamentária específica será exigida e registrada em cada contratação decorrente da Ata (contrato, ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente), nos termos da legislação orçamentária e do art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que apenas haja empenho quando houver efetiva necessidade de aquisição.

12. ESTIMATIVA DE VALOR (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "i").

12.10 custo estimado total da contratação, apurado para fins de planejamento e limite máximo aceitável das propostas, é de **R\$ 863.216,10 (oitocentos e sessenta e três mil, duzentos e dezesseis reais e dez centavos)**, considerando o somatório dos valores estimados para os itens de insumos e materiais odontológicos constantes da planilha de composição de preços. Tal valor tem natureza meramente estimativa, servindo como referência para a análise de vantajosidade e para o julgamento das propostas, sem obrigatoriedade de contratação integral da quantidade prevista, em consonância com o regime de registro de preços.

- 12.2 Os custos estimados foram apurados em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços em múltiplas fontes, incluindo: cotações formais junto a fornecedores do ramo; contratos e Atas de Registro de Preços de outros entes públicos, em especial municípios com perfil e demanda semelhantes; consulta a sistemas/bancos de preços públicos.
- 12.3 Cada item foi analisado individualmente, buscando-se valores compatíveis com o mercado e tecnicamente justificáveis. Foram desconsiderados os valores manifestamente discrepantes (muito acima ou muito abaixo da média), de forma motivada, para evitar distorções e preservar a fidedignidade da estimativa, em observância aos princípios da economicidade, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

13. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1A atualização dos preços registrados observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às alterações contratuais e à preservação do equilíbrio econômico-financeiro, bem como a legislação e regulamentação em vigor aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, visando sempre à manutenção da vantajosidade para a Administração.

- 13.2 Os preços registrados poderão ser objeto de negociação e revisão nas seguintes hipóteses, devidamente motivadas em processo administrativo:
- 13.2.1 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução do preço, adotando as medidas cabíveis em caso de insucesso da negociação, conforme a Lei nº 14.133/2021 e a legislação em vigor.
- 13.2.2 Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor demonstrar, de forma adequada, a impossibilidade de cumprir as obrigações assumidas na Ata, poderá requerer ao órgão gerenciador a revisão dos preços registrados, desde que comprove fato superveniente que tenha impactado substancialmente seus custos, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação vigente.
- 13.3 Os preços registrados poderão ser reajustados, para mais ou para menos, desde que haja previsão expressa no edital, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base definida no instrumento convocatório (por exemplo, data do orçamento estimado ou da proposta vencedora), utilizando-se o índice previsto no edital, preferencialmente o INPC/IBGE ou outro que venha a sucedê-lo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a legislação em vigor sobre reajuste de preços em contratos administrativos.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 13.4 Independentemente do reajuste periódico, será admitida revisão extraordinária dos preços registrados, a qualquer tempo, sempre que ocorrerem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como caso fortuito ou força maior que tornem excessivamente oneroso o cumprimento das obrigações, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração analítica dos custos e decisão motivada da Administração.

14. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.10 registro do fornecedor na Ata de Registro de Preços poderá ser cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e demais legislação em vigor:

- 14.1.1 Descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado aceito pela Administração;
- 14.1.2 Não retirada da nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa razoável;
- 14.1.3 Não aceitação, pelo fornecedor, da manutenção do preço registrado, quando regularmente convocado para adequação às condições de mercado, na forma da legislação vigente aplicável ao Sistema de Registro de Preços;
- 14.1.4 Aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 (impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade).
 - 14.1.4.1 Na hipótese do item 14.1.4, caso a penalidade aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão expressamente motivada, manter o registro do fornecedor, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção, nos termos da legislação em vigor.
- 14.2 O cancelamento do registro do fornecedor será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, devidamente instruído, com comprovação dos fatos e respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da motivação.
- 14.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar, sucessivamente, os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.
- 14.4 O cancelamento dos preços registrados em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, poderá ser promovido pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que devidamente comprovadas e justificadas as razões, nas seguintes hipóteses:
 - 14.4.1 Por razão de interesse público devidamente justificado, inclusive quando sobrevier alteração relevante das condições de mercado ou dos parâmetros de planejamento que fundamentaram a licitação;
 - 14.4.2 A pedido do fornecedor, devidamente motivado e comprovado, quando decorrente de caso fortuito ou força maior que impeça a manutenção dos compromissos assumidos na Ata, sem culpa da Administração;
 - 14.4.3 Quando não houver êxito nas negociações destinadas à adequação dos preços registrados às novas condições de mercado, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar significativamente superior ou inferior ao preço registrado, de forma a comprometer a vantajosidade ou o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da legislação em vigor.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

15.1 Configura infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o descumprimento, com dolo ou culpa, das obrigações contratuais ou das normas aplicáveis, em especial quando a contratada:

- 15.1.1 deixar de apresentar, quando solicitados, documentos ou informações necessárias à formalização ou execução do contrato;
- 15.1.2 deixar de celebrar o contrato ou de apresentar a documentação exigida para sua formalização, quando regularmente convocada;
- 15.1.3 recusar-se, sem justificativa idônea, a assinar o contrato ou a aceitar/retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa em qualquer fase da contratação ou da execução contratual;
- 15.1.5 fraudar a execução do contrato ou praticar qualquer conduta destinada a frustrar o cumprimento regular das obrigações assumidas;
- 15.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou praticar fraude de qualquer natureza em prejuízo da Administração;
- 15.1.7 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 ou conduta tipificada na legislação anticorrupção e de improbidade administrativa.

15.2 Nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar à contratada, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilização civil e penal:

- 15.2.1 advertência;
- 15.2.2 multa;
- 15.2.3 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo legal;
- 15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até reabilitação.
- 15.2.5 Na aplicação das sanções serão considerados, entre outros fatores:
- 15.2.6 a natureza e gravidade da infração;
- 15.2.7 as peculiaridades do caso concreto
- 15.2.8 circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 15.2.9 o dano causado à Administração;
- 15.2.10 a existência, implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.3 A multa poderá variar de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, a depender da gravidade da infração, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da comunicação oficial da decisão sancionatória, sem prejuízo da compensação com valores eventualmente devidos pela Administração.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 15.4 Para as infrações de menor gravidade, como as previstas nos itens 15.1.1 a 15.1.3, a multa poderá ser fixada entre **0,5% (meio por cento) e 15% (quinze por cento)** do valor do contrato ou da parcela atingida.
- 15.5 Para as infrações de maior gravidade, como as previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.7, a multa poderá ser fixada entre **15% (quinze por cento) e 30% (trinta por cento)** do valor do contrato ou da parcela atingida.
- 15.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente com a multa, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da gradação das penalidades.
- 15.7 Na aplicação da sanção de multa e das demais penalidades será assegurado à contratada o direito à ampla defesa e ao contraditório, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa, contado da data da intimação da decisão ou do ato que instaurar o processo sancionatório.
- 15.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada em decorrência das infrações previstas nos itens 15.1.1 a 15.1.3 e outras de gravidade compatível, impedindo a contratada de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 15.9 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada em decorrência das infrações previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.7, ou em situações de gravidade extrema, observando-se o prazo e as condições previstos no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 15.10 A apuração de responsabilidade para aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade demandará a instauração de processo administrativo específico, conduzido por comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis, assegurando-se ao contratado prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa escrita e indicação de provas.
- 15.11 Caberá recurso administrativo, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da intimação da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo legal, o encaminhará à autoridade superior para julgamento.
- 15.12 Da sanção de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, a ser decidido pela autoridade competente, também com efeito suspensivo até decisão final.
- 15.13 A aplicação de sanções não afasta, em qualquer hipótese, a obrigação de a contratada reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução irregular do contrato.

16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 16.1A empresa arrematante poderá, preferencialmente, optar por produtos com embalagens minimalistas ou provenientes de material reciclável ou biodegradável, reduzindo a geração de resíduos e o impacto no meio ambiente, desde que atendidos os requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência.
- 16.2 Sempre que tecnicamente viável, a contratada deverá observar práticas de sustentabilidade, inclusive quanto ao descarte adequado de embalagens e produtos vencidos, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 16.3 Os veículos utilizados para a entrega dos produtos deverão possuir manutenção em dias e ser abastecidos preferencialmente com combustíveis mais eficientes e de maior qualidade para evitar a emissão demasiada de gases poluentes.
- 16.4 A adoção dessas medidas mitigadoras é de fundamental importância para reduzir significativamente os impactos ambientais associados à aquisição e compra, promovendo a sustentabilidade e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1 A participante reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 e 139 da mesma Lei.
- 17.2 Os riscos da contratação e as medidas de tratamento encontram-se detalhados no Mapa de Riscos, parte integrante deste processo.
- 17.3 A Administração se reserva ao direito de contratar a quantidade informada, no todo ou em parte, de acordo com os itens e preços registrados, considerando as necessidades encontradas.
- 17.4 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
- 17.5 Servidor (es) responsável(is) pela elaboração do Termo.

Lauro de Freitas, 19 de novembro de 2025.

Luana de Jesus Oliveira (Mat. 121342-8)
Superintendente da Atenção Especializada
Técnico responsável

Daniela Coelho de Souza Lima (Mat.121339-1)
Diretoria de Saúde Bucal

Em virtude das atribuições que competem, submeto o presente Termo de Referência
à aprovação do Ordenador de Despesas.

Elba Brito Garcez de Sena
Secretária Municipal de Saúde Interina



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo Primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo Segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

DADOS DA LICITAÇÃO						
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO				
DADOS DA EMPRESA						
RAZÃO SOCIAL						
CNPJ			INSCRIÇÃO ESTADUAL			
ENDEREÇO						
TELEFONE			EMAIL			
DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO						
NOME						
RG		ÓRGÃO EXPEDIDOR		CPF		
VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS			PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO			
ITEM	DETALHAMENTO DO ITEM		UF	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
VALOR TOTAL						

OBSERVAÇÕES:

- 1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.
- 2 – Observar Planilha de especificação (anexo do TR).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na ____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do ____ [órgão da Administração Direta], ou ____ a(o) [entidade da Administração Indireta], nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP), pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025**, e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº ____/____, realizado por meio do Processo Administrativo nº 23.109/2025, homologado em ____ e publicado no Boletim Oficial do Município de LAURO DE FREITAS/BA nº ____, de ____, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS (CONES ENDODÔNTICOS, FIOS DE SUTURA, CIMENTOS E CORRELATOS).

DADOS DA EMPRESA						
RAZÃO SOCIAL						
CNPJ			INSCRIÇÃO ESTADUAL			
ENDEREÇO						
TELEFONE			EMAIL			
BANCO (NOME/Nº)				AGÊNCIA Nº		CONTA CORRENTE Nº
ITEM	DETALHAMENTO DO ITEM			UF	QTD	Valor Unitário (R\$)
						Valor Total (R\$)
VALOR TOTAL						

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O Registro de Preços terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação da Ata na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

- a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Parágrafo Segundo – O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução do objeto cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do(s) bem(ens);
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

4.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para posterior verificação de conformidade com o Termo de Referência e a proposta.

4.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, se em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos pela contratada, às suas expensas, no prazo que vier a ser definido pela Administração, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções.

4.3 O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, após verificação da qualidade e quantidade dos materiais e lavratura de termo de recebimento definitivo.

4.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma motivada, uma única vez e por igual período, quando a natureza do objeto ou a necessidade de diligências adicionais assim o exigir.

4.5 Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos bens entregues, deverá ser liberada, no prazo contratual, a parcela incontroversa, aplicando-se o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

4.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela solidez, segurança, qualidade e adequação dos produtos fornecidos durante o prazo de garantia contratual e legal.

Liquidação

2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrão o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade;



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

2.4 A data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

2.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

2.6 Nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7 Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

2.8 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

2.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

2.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

2.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

2.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

2.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

2.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

2.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.16 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

2.17 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O modelo de execução do objeto – registro de preços para aquisição de insumos e materiais odontológicos (cones endodônticos, fios de sutura, cimentos) – observará o Sistema de Registro de Preços, com Ata de Registro de Preços



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

com prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação a, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovado, de forma motivada, que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação aplicável

- 5.1.2 Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata observarão os prazos de vigência estabelecidos no edital e no próprio ajuste, respeitadas as regras dos arts. 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021 quanto à duração dos contratos e, quando caracterizada natureza contínua, às prorrogações sucessivas condicionadas à demonstração de vantajosidade e à disponibilidade orçamentária.

5.2 A empresa contratada deverá fornecer os produtos de forma parcelada e sob demanda, conforme solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Lauro de Freitas/BA, por meio de Termo de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, vedada a imposição de quantitativo mínimo por pedido;

5.3 O prazo máximo para entrega de cada pedido será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho ou documento equivalente, devendo a entrega ocorrer de forma parcelada, conforme autorizações de fornecimento, no seguinte endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, Rua Leonardo R. da Silva, Condomínio Nossa Senhora de Lourdes, nº 377, Lote 08, Bairro Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP 42.701-420.

5.4 Na hipótese de risco de atraso no cumprimento do prazo, a empresa deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, as razões impeditivas, para análise motivada de eventual prorrogação, sem prejuízo da responsabilização em caso de atraso injustificado. Situações de caso fortuito ou força maior serão avaliadas nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Cometer infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

6.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

6.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do Termo.

6.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

6.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

6.1.6 fraudar o credenciamento;

6.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

6.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

6.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

6.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

6.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

6.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

6.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.2.1 advertência;

6.2.2 multa;

6.2.3 impedimento de licitar e contratar e



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

6.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

6.3.2 as peculiaridades do caso concreto

6.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

6.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

6.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

6.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1; 14.1.2; 14.1.3 e 14.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

6.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.5; 14.1.6; 14.1.7; 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

6.4.3 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5; 14.1.6; 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.8 A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 14.1.3 e 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

6.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.13 A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

7.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.7.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.7.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.7.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

7.7.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.7.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.7.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.7.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.7.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.7.9. Por razão de interesse público;

7.7.10. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

27.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de 2026.

ASSINAM	
AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX SECRETARIA DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CPF XXX.XXX.XXX-XX RG XX.XXX.XXX-XX	
PROMITENTE FORNECEDOR	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 13.927.819/0001-40, com sede no Centro Administrativo de Lauro de Freitas – CALF, situado na **Avenida Brigadeiro Alberto Costa Matos, S/N, Aracuí, Lauro de Freitas/BA, CEP:42.702-010**, neste ato representado pelo **Secretário Municipal de _____**, Sr. _____, brasileiro, portador do RG n.º _____, inscrito no CPF sob n.º _____, nos termos do Decreto Municipal n. 5.445/2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____, representada neste ato por seu representante legal _____, denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº ____/____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP), pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto do presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS (CONES ENDODÔNTICOS, FIOS DE SUTURA, CIMENTOS E CORRELATOS)**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no **Processo Administrativo nº 23.109/2025**, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

3.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), conforme tabela abaixo:

ITEM	DETALHAMENTO DO ITEM	UF	QTD	MARCA MODELO	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
VALOR TOTAL (R\$) -----						



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

- 5.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente, a contar do orçamento estimado, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;
- 5.2. Adota-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na falta deste, o que vier a substituí-lo para correção do valor inicialmente contratado;

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

- 6.1. Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

- 7.1 O modelo de execução do objeto – registro de preços para aquisição de insumos e materiais odontológicos (cones endodônticos, fios de sutura, cimentos) – observará o Sistema de Registro de Preços, com Ata de Registro de Preços com prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação a, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovado, de forma motivada, que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação aplicável
- 7.1.1 Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata observarão os prazos de vigência estabelecidos no edital e no próprio ajuste, respeitadas as regras dos arts. 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021 quanto à duração dos contratos e, quando caracterizada natureza contínua, às prorrogações sucessivas condicionadas à demonstração de vantajosidade e à disponibilidade orçamentária.
- 7.2 A empresa contratada deverá fornecer os produtos de forma parcelada e sob demanda, conforme solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Lauro de Freitas/BA, por meio de Termo de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, vedada a imposição de quantitativo mínimo por pedido;
- 7.3 O prazo máximo para entrega de cada pedido será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho ou documento equivalente, devendo a entrega ocorrer de forma parcelada, conforme autorizações de fornecimento, no seguinte endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, Rua Leonardo R. da Silva, Condomínio Nossa Senhora de Lourdes, nº 377, Lote 08, Bairro Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP 42.701-420.
- 7.4 Na hipótese de risco de atraso no cumprimento do prazo, a empresa deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, as razões impeditivas, para análise motivada de eventual



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

prorrogação, sem prejuízo da responsabilização em caso de atraso injustificado. Situações de caso fortuito ou força maior serão avaliadas nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DO CONTRATO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “F”)

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências da inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da referida Lei.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por ato da Administração, o cronograma de execução será ajustado ou prorrogado pelo tempo correspondente, com registro formal em apostila ou termo aditivo, conforme o caso, devidamente motivado.

8.3 As comunicações entre o órgão contratante e a contratada serão realizadas preferencialmente por escrito, admitido o uso de meios eletrônicos oficiais, sempre que o ato exigir formalidade ou repercutir em direitos e deveres contratuais.

8.4 O órgão contratante poderá convocar representante da empresa contratada para reuniões presenciais ou virtuais, sempre que necessário à adoção de providências imediatas ou à solução de pendências relacionadas à execução contratual.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial de alinhamento, na qual será apresentado o plano de fiscalização, contendo as principais obrigações contratuais, mecanismos de acompanhamento, critérios de medição, estratégias de execução do objeto, indicadores de desempenho e sanções aplicáveis.

8.1 Fiscalização:

8.1.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o servidor Daniela Coelho de Souza Lima (Mat. 121339-1) ou pelos respectivos substitutos.

8.1.2 Os fiscais do contrato deverão registrar, em meio próprio (físico ou eletrônico), todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução, determinando as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades.

8.1.3 Sempre que a situação demandar decisão além de sua competência, o fiscal comunicará o fato ao gestor do contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis, inclusive aplicação de sanções.

8.1.4 O fiscal do contrato será apoiado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, que deverão dirimir dúvidas e fornecer subsídios para a prevenção de riscos na execução, em conformidade com o art. 117, §§ 3º e 4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.5 O(s) fiscal(is) administrativo(s) verificará(ão) a manutenção das condições de habilitação, acompanhará(ão) empenhos, liquidação, pagamentos, garantias, glosas, apostilamentos e termos aditivos, podendo exigir documentos comprobatórios sempre que necessário.

A fiscalização contratual **não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada**, inclusive perante terceiros, por vícios, defeitos, inadequação dos materiais ou descumprimento de obrigações, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

8.2 Gestor do Contrato

8.2.1 Cabe ao gestor do contrato:

8.2.2 Caberá ao **gestor do contrato**, designado por Portaria, coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização, consolidando as informações registradas pelos fiscais e mantendo atualizado o histórico de ocorrências, ordens de fornecimento, alterações, prorrogações e sanções:

8.2.3 O gestor acompanhará os registros dos fiscais, comunicando à autoridade competente as situações que extrapolarem sua competência, bem como apontará eventuais riscos e necessidade de ajustes contratuais.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 8.2.4 O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação dos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações pela contratada, com menção aos indicadores de desempenho, ocorrências relevantes e penalidades eventualmente aplicadas, para fins de registro no cadastro de desempenho contratual.
- 8.2.5 Compete ainda ao gestor adotar as providências para instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, quando cabível, nos termos dos arts. 154 a 159 da Lei nº 14.133/2021, bem como elaborar relatório final sobre os resultados da contratação.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O instrumento contratual que vier a ser celebrado durante a validade da Ata de Registro de Preço, poderá ter vigência de 01 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura, se for de interesse da Administração, conforme Art. 106, da Lei 14.133/2021.

9.2. A duração do contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme Art. 107, da Lei 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 No âmbito da contratação para **registro de preços de insumos e materiais odontológicos**, a Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, do edital, da Ata de Registro de Preços e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

10.2 Efetuar o **fornecimento dos materiais odontológicos** descritos neste Termo de Referência, observando rigorosamente as especificações técnicas, os prazos, os locais de entrega e demais condições estabelecidas, garantindo padrões de qualidade compatíveis com o ramo de atividade e com a legislação sanitária vigente;

10.3 Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições de uso, nas quantidades autorizadas, dentro do prazo e no local indicados pela Administração, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar, no mínimo: identificação do contrato/ata, descrição do item, marca, fabricante, número de lote, prazo de validade e demais elementos necessários à rastreabilidade;

10.4 Responder integralmente por vícios, defeitos, inadequações e danos decorrentes dos produtos fornecidos, providenciando, às suas expensas, a reparação dos prejuízos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades previstas em normas de defesa do consumidor e na Lei nº 14.133/2021;

10.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, todo e qualquer produto que apresente avarias, defeitos de fabricação, divergência em relação às especificações ou prazo de validade insuficiente, sem prejuízo das sanções cabíveis;

10.6 Comunicar à Contratante, por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas em relação à data prevista para a entrega, qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento do prazo ou das condições ajustadas, apresentando justificativa e documentação comprobatória quando for o caso;

10.7 Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, sob pena de aplicação das medidas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato;

10.8 Indicar e manter preposto formalmente habilitado para representá-la perante a Administração durante a execução do contrato, com poderes para receber notificações, prestar esclarecimentos e adotar providências imediatas;

10.9 Executar todas as obrigações contratuais com observância da **melhor técnica aplicável ao fornecimento, armazenamento e transporte de insumos odontológicos**, atendendo às normas legais, regulamentares e técnicas pertinentes (inclusive sanitárias), de modo a preservar a qualidade e a segurança dos produtos até a entrega;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

10.10 Arcar com todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto, inclusive aquelas relativas a embalagem, transporte, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer insumos e materiais utilizados na execução do fornecimento, respondendo integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou subcontratados autorizados, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Receber os produtos nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no contrato, observando o procedimento de recebimento provisório e definitivo previsto na legislação;

11.2 Verificar, dentro dos prazos fixados, a conformidade dos bens recebidos com as especificações do Termo de Referência e da proposta, procedendo à aceitação e ao recebimento definitivo ou, se for o caso, à rejeição total ou parcial, com a devida motivação;

11.3 Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas, vícios ou irregularidades verificadas nos produtos entregues, para que sejam substituídos, corrigidos ou complementados, nos prazos estabelecidos, sem prejuízo da aplicação de sanções;

11.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada por meio de fiscal(is) e gestor(es) de contrato formalmente designados, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando as ocorrências relevantes e adotando as providências necessárias à boa execução contratual;

11.5 Efetuar o pagamento à Contratada pelos produtos efetivamente entregues e recebidos, no valor, forma e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, condicionando-o ao cumprimento das exigências de faturamento e regularidade;

11.6 Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros decorrentes de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subcontratados autorizados, nos termos dos arts. 120 e 121 da Lei nº 14.133/2021.

11.7 Adotar, de forma motivada, as medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual, inclusive determinar a paralisação ou suspensão parcial da execução, quando necessário à proteção do interesse público ou à correção de irregularidades, sem prejuízo da instauração de processo para aplicação de sanções, rescisão contratual e demais providências previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1 O modelo de execução do objeto – registro de preços para aquisição de insumos e materiais odontológicos (cones endodônticos, fios de sutura, cimentos) – observará o Sistema de Registro de Preços, com Ata de Registro de Preços com prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação a, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovado, de forma motivada, que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação aplicável.

12.2 Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata observarão os prazos de vigência estabelecidos no edital e no próprio ajuste, respeitadas as regras dos arts. 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021 quanto à duração dos contratos e, quando caracterizada natureza contínua, às prorrogações sucessivas condicionadas à demonstração de vantajosidade e à disponibilidade orçamentária.

12.3 A empresa contratada deverá fornecer os produtos de forma parcelada e sob demanda, conforme solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Lauro de Freitas/BA, por meio de Termo de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, vedada a imposição de quantitativo mínimo por pedido;

12.4 O prazo máximo para entrega de cada pedido será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho ou documento equivalente, devendo a entrega ocorrer de forma parcelada, conforme autorizações de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

fornecimento, no seguinte endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, Rua Leonardo R. da Silva, Condomínio Nossa Senhora de Lourdes, nº 377, Lote 08, Bairro Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP 42.701-420.

12.5 Na hipótese de risco de atraso no cumprimento do prazo, a empresa deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, as razões impeditivas, para análise motivada de eventual prorrogação, sem prejuízo da responsabilização em caso de atraso injustificado. Situações de caso fortuito ou força maior serão avaliadas nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

I. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Descrição	Código	Nomenclatura
Órgão	23	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	2301	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Ação/Atividade	2354 2374	Funcionamento dos Serviços de Atenção à Saúde Bucal Especializada Funcionamento dos serviços de atenção primaria a saúde.
Elemento	33903000	Material de Consumo
Fontes de recursos	15001002	Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde.
	16000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

II. Tratando-se de SRP, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 17 do Decreto 11.462/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

14.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

15.1. É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Cometer infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

16.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

16.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do Termo.

16.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

16.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

credenciamento;

16.1.6 fraudar o credenciamento;

16.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

16.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1 advertência;

16.2.2 multa;

16.2.3 impedimento de licitar e contratar e

16.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.2 as peculiaridades do caso concreto

16.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

16.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

16.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1 Para as infrações previstas nos itens 16.1.1; 16.1.2; 16.1.3 e 16.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

16.4.2 Para as infrações previstas nos itens 16.1.5; 16.1.6; 16.1.7; 16.1.8 e 16.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

16.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.5; 16.1.6; 16.1.7, 16.1.8 e 16.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

- 16.9 A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 16.1.3 e 16.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 16.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 16.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 16.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.14 A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

17.1. A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

18.1. CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

21.1. O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de 2026.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)